



MOÇAMBIQUE

COMPANHIA DE SEGUROS

RELATÓRIO E CONTAS 2018



Órgãos Sociais
Eleitos para o triénio 2018-2020

Assembleia Geral

Presidente	Dr. António Pedro de Sá Alves Sameiro
Vice-Presidente	Sr. Luís Filipe Rodrigues
Secretário	Instituto Nacional de Segurança Social representada por: Dr. Luís João Mandlate

Conselho de Administração

Presidente	G.C.P. – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais, S.A. representada por: Dr. Lucas Fazine Chachine
Vice - Presidente	Lusitania, Companhia de Seguros, SA representada por: Dr. Fernando Dias Nogueira
Vogal	Dr. Bento Nuno de Mira Serrano

Conselho Fiscal

Presidente	Prof. Doutor Teodoro de Andrade Waty
Vogal	Visabeira, SGPS representada por: Dr. Pedro André Silva de Sousa
Vogal	Instituto Nacional de Segurança Social representada por: Dr. Cláudio João
Vogal suplente	Henrique Álvaro Cepeda Gamito Junior



Comissão de Vencimentos

Presidente	Montepio Geral – Associação Mutualista representado por: Dr. António Pedro de Sá Alves Sameiro
Vogal	GCP – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais, S.A representada por: Sr. Luís Filipe Rodrigues
Vogal	Instituto Nacional de Segurança Social

Índice



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Índice

1. Introdução	7
2. Conjuntura macroeconómica	9
2.1. Economia internacional	9
2.2. Economia de Moçambique	10
2.3. Perspectivas para 2019.....	11
3. O mercado segurador em Moçambique	13
4. A Moçambique, Companhia de Seguros, S.A.	16
4.1. Expansão, desenvolvimento organizacional e recursos humanos	17
Distribuição do pessoal por género:	19
4.2. Sistemas de informação	19
4.3. Marketing e imagem institucional.....	19
4.4. Análise da actividade	20
4.4.1. Produção.....	20
4.4.2. Sinistros	22
4.4.3. Custos de exploração.....	24
4.4.5. Resseguro cedido	26
4.4.6. Gestão de investimentos	26
4.4.7. Situação financeira.....	27
4.5. Perspectivas para 2019.....	28
5. Proposta de Aplicação de Resultados	29
6. Notas Finais.....	29
Demonstrações Financeiras	31
Notas às Demonstrações Financeiras.....	38
Anexos.....	88
Parecer do Conselho Fiscal.....	Error! Bookmark not defined.

Relatório do Conselho de Administração



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Relatório e Contas 2018

Exmos. Senhores Accionistas,

No cumprimento da Lei e dos Estatutos, submetemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas da Moçambique, Companhia de Seguros, S.A., relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

1. Introdução

Concluído o ano de 2018, ainda afectado pela crise financeira que atravessa o país, assistiu-se a um crescimento da economia nacional de 3,3%, o que representa uma desaceleração face ao período homólogo (2017: 3,7%).

As necessidades de financiamento do Estado e os riscos que se colocam ao comércio externo abalam as perspectivas económicas. A conjugação de uma redução de preços das principais exportações, como o carvão, o alumínio e o tabaco são fontes de risco, sobretudo perante a intensificação das pressões, que já se notam, no sentido de aumentar as importações para satisfazer a procura interna.

O declínio gradual do défice primário do Estado coincidiu com o aumento da dívida interna, reflectindo as necessidades de financiamento persistente do sector público. A dívida interna crescente alimenta preocupações sobre o risco de o sector público excluir o acesso ao crédito e, por conseguinte, reduzir o investimento privado.

Em 2018, o Governo de Moçambique e o principal partido da oposição, a RENAMO, celebraram um acordo para a descentralização do poder que será posto em prática com as eleições gerais em Outubro de 2019. Esta acção deverá permitir uma melhor gestão das políticas económicas ao mesmo tempo que permitirá a redução das assimetrias entre o norte e sul do país, proporcionando um desenvolvimento mais coordenado nas diversas áreas de actuação.



Tendo em conta a conjuntura económica, em 2018, a Moçambique Companhia de Seguros, S.A. (MCS ou Companhia) não ficou alheia aos seus efeitos, tendo passado por alguns desafios na sua adaptação às dificuldades do mercado. Ainda assim, realçamos que em 2018 foi possível implementar medidas estruturantes que permitirão à Companhia encarar o futuro com ambição e optimismo.

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores da actividade da MCS, em 2018 e 2017:

Indicador de actividade	31-Dez-18	31-Dez-17
Taxa de crescimento dos capitais próprios	107,80%	175,67%
Taxa de sinistralidade	25,70%	77,56%
Rácio de despesas	36,01%	37,68%
Rácio combinado	61,71%	115,24%
Taxa de cedência	40,57%	48,41%
Rentabilidade dos capitais próprios	11,62%	71,53%
Provisões técnicas de seguro directo, líquidas de resseguro cedido (milhares de meticais)	169 454	184 799
Activos a representar as provisões técnicas (milhares de meticais) ¹	109 585	114 477
Rácio de cobertura das provisões técnicas	0,65	0,62
Resultado do exercício antes de impostos (milhares de meticais)	21 769	58 194

A taxa de crescimento dos capitais próprios e a rentabilidade dos capitais próprios apresentaram um decréscimo face ao período transacto, essencialmente, justificado pelo resultado do exercício que se situou abaixo do resultado de 2017 e pelo aumento de capital que ocorreu em 2018, no valor de 64,6 milhões de meticais. Contudo, destacam-se alguns indicadores como a taxa de sinistralidade e o rácio de despesas que apresentam uma melhoria face ao ano anterior. Esta melhoria está associada a uma gestão criteriosa na selecção e aceitação dos riscos, bem como à contínua implementação de medidas correctivas, no sentido de melhorar o desempenho da Companhia.

¹ Os activos a representar as provisões técnicas incluem, para além dos investimentos financeiros, os imóveis líquidos de amortizações acumuladas



2. Conjuntura macroeconómica

2.1. Economia internacional

De acordo com o relatório do Banco Mundial, em 2018, o crescimento económico global situou-se nos 3%, justificado pelas tensões relacionadas com a guerra comercial entre as duas maiores potências económicas mundiais. Os principais riscos para a economia global são a possibilidade de perturbações descontroladas dos mercados financeiros, um escalar das disputas comerciais, a incerteza política e a desaceleração em simultâneo das economias dos EUA e da China.

A guerra comercial entre Estados Unidos e a China alcançou um novo patamar, quando o presidente Norte Americano anunciou a imposição de tarifas sobre um volume de 200 mil milhões de dólares de produtos importados da China. Com esta medida, esperam-se efeitos negativos para o comércio mundial, já que boa parte dos produtos exportados pela China para os Estados Unidos contém elementos produzidos em diversos países que serão afectados indirectamente.

Os índices de preços das *commodities* do Banco Mundial mostram um movimento recente de queda nos produtos agrícolas, minérios e metais.

Os mais recentes dados dos actividade económica evidenciam uma economia em alta nos Estados Unidos, recuperação do crescimento no Japão e desaceleração na zona do Euro. Na China, os sinais recentes apontam, também, para uma desaceleração, principalmente, no que se refere aos investimentos.

Os fortes desequilíbrios na balança de pagamentos que caracterizaram o período anterior à eclosão da crise financeira internacional parecem ter ficado para trás. Não obstante o contexto favorável, o início de Fevereiro marcou o ressurgimento de alguma volatilidade financeira, com fortes variações nos preços dos activos. Este surto de instabilidade dissipou-se rapidamente, mas deixou um rastro de preocupação para o futuro.

Na Europa, nomeadamente nos países da Europa Central, os indicadores apontavam para uma desaceleração no final do ano de 2018, com as tensões comerciais entre os Estados Unidos e a UE a impactarem negativamente nas perspectivas para a indústria automóvel da região. Em Setembro, os sectores manufactureiros da República Checa e da Polónia apresentaram as piores taxas de crescimentos dos dois últimos anos. O crescimento da produção industrial também diminuiu na Hungria e na Eslováquia.



O sector manufactureiro russo estabilizou, em Setembro, após quatro meses consecutivos de contracção. No entanto, a dinâmica cambial desfavorável impulsionou o aumento da inflação por via do aumento do custo das importações, provocando um aperto monetário no banco central. A produção industrial desacelerou no final do ano, com a conclusão de grandes projectos de infraestruturas. O mercado de acções, depois de atingir recordes em Setembro, apesar das sanções externas, voltou à tendência de médio prazo.

No que se refere às duas maiores economias africanas, destaca-se o crescimento gradual da Nigéria (1,5%), apoiada pelos preços mais altos do petróleo e pelo modesto crescimento do sector não petrolífero. Olhando para o futuro, o crescimento real do PIB deve permanecer lento à medida que a economia permanece cercada por questões estruturais.

A economia sul-africana contraiu 2,6%, entrando em recessão técnica. A tendência foi influenciada pela evolução da agricultura e da silvicultura, sobretudo devido ao clima de instabilidade do último ano. Em 2018, o rand sul-africano desvalorizou 25% em relação ao dólar, alimentando pressões inflacionárias.

2.2. Economia de Moçambique

De acordo com o relatório do Banco de Moçambique - “Conjuntura Económica e Perspectivas de Inflação” - a inflação anual, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) de Moçambique, permaneceu baixa e estável, situando-se nos 4,27%, em Novembro de 2018. Depois de, em igual período de 2017, ter alcançado os 7,15%, mantendo-se, assim, a tendência de abrandamento da inflação iniciada em Setembro de 2018 (4,89%). Esta descompressão foi favorecida pelo menor crescimento anual dos preços dos bens alimentares e dos combustíveis líquidos, face ao aumento da oferta de produtos agrícolas frescos e da variação recente do preço internacional do barril de petróleo.

As taxas de juro do retalho mantiveram a sua tendência de redução, em linha com a Taxa de Juro da Política Monetária (MIMO) e de acordo com as expectativas de baixa inflação. Assim, a informação disponível mostra que a taxa de juro média de crédito para o prazo de um ano, reduziu em 876 pontos base (pb) para 23,13%, enquanto a dos depósitos regrediu em 821 pb para 11,10%. Este comportamento pode estar a favorecer o tímido crescimento do crédito concedido ao sector privado. Contudo, grande parte da liquidez bancária continua a ser aplicada em instrumentos do Mercado Monetário Interbancário e em títulos da dívida pública.



O fluxo da dívida pública interna contraída com recurso a Bilhetes do Tesouro, Obrigações do Tesouro e adiantamentos do Banco de Moçambique aumentou em 3.759 milhões de meticais, passando o saldo para 112.016 milhões de meticais (o equivalente a 12,8% do PIB). Os montantes acima não tomam em consideração outros valores de dívida pública interna, tais como contratos mútuos e de locação financeira, assim como responsabilidades em mora.

O nível de actividade económica continua baixo e a concessão de crédito ao sector privado, reduzido. Deste modo, segundo dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o PIB real cresceu apenas 3,2% no terceiro trimestre de 2018, impulsionado pelos sectores da indústria extractiva, agricultura e comércio, depois de no trimestre anterior ter crescido 3,4%.

No período entre Outubro e Dezembro de 2018, o Metical registou perdas nominais face às principais moedas, reflectindo, entre outros factores, o fortalecimento do Dólar norte-americano no mercado internacional e o aumento da procura de divisas para importações. Assim, depois de se situar nos 60,61 meticais em finais de Outubro, a taxa de câmbio média praticada pelos bancos comerciais passou para 61,48 meticais em Dezembro. No mesmo período, a cotação do ZAR passou de 4,18 para 4,31 meticais.

Os dados sobre as transacções entre Moçambique e o resto do mundo, que reportam ao terceiro trimestre de 2018, mostram um aumento do défice da conta corrente em USD 871 milhões, a reflectir o crescimento mais pronunciado das importações (USD 732 milhões) do que das exportações (USD 412 milhões) e o incremento do pagamento de serviços especializados efectuados pelos grandes projectos que se reflectiu na deterioração do défice da balança de serviços em USD 684 milhões. Ainda assim, as Reservas Internacionais do Banco de Moçambique mantêm-se em níveis confortáveis que permitem cobrir cerca de sete meses de importação de bens e serviços, excluindo as transacções dos grandes projectos.

2.3. Perspectivas para 2019

Segundo as projecções do Banco Mundial, o crescimento económico global deve desacelerar para 2,9%, em 2019. O comércio internacional e as actividades manufactureiras deverão abrandar, as tensões comerciais deverão permanecer elevadas e alguns grandes mercados emergentes enfrentarão pressões consideráveis do mercado financeiro.

Em 2019, a previsão de crescimento entre as economias avançadas deve cair para 2%. A desaceleração da procura externa, os custos crescentes dos empréstimos e as incertezas



políticas persistentes devem pesar sobre as perspectivas para os países emergentes e em desenvolvimento.

O Leste da Ásia e o Pacífico continuarão a ser as regiões em desenvolvimento com crescimento mais rápido no mundo. Em 2019, o crescimento regional deve rondar os 6%, partindo do pressuposto que os preços dos produtos primários permanecem estáveis, que há uma moderação da procura global e do comércio internacional e um aperto gradual das condições financeiras globais.

Na China, o crescimento deve desacelerar para 6,2%, onde o reequilíbrio interno e externo continuará. O resto da região deve crescer 5,2%, caso a procura interna compense o impacto negativo da desaceleração das exportações. O crescimento da Indonésia deve manter-se estável em 5,2% e a expansão da economia tailandesa deve desacelerar para 3,8%, em 2019.

Na Europa e Ásia Central, os efeitos remanescentes do *stress* financeiro da Turquia devem pesar sobre o crescimento regional, reduzindo-o para 2,3%, prevendo-se um enfraquecimento da actividade económica Turca, com a redução do crescimento para 1,6%, por força de uma inflação mais alta, do crescimento das taxas de juros e da baixa confiança dos consumidores e investidores. As projecções de crescimento para a Europa Ocidental e Oriental, excluindo a Turquia, são de desaceleração, nomeadamente, na Polónia, na Zona do Euro, na Rússia, no Cazaquistão e na Ucrânia.

Na África Subsaariana, em 2019, o crescimento regional deverá acelerar até aos 3,4%, por força da diminuição da incerteza e da melhoria dos investimentos nas grandes economias, juntamente com um crescimento contínuo robusto dos países sem muitos recursos naturais. O crescimento na Nigéria deve subir para 2,2%, pressupondo uma recuperação da produção de petróleo e de uma lenta melhoria da procura privada e, em Angola, a previsão de crescimento será de 2,9%, com a recuperação do sector petrolífero, face à entrada em operação de novos campos de petróleo e o impulso das reformas no ambiente de negócios. No que se refere à África do Sul espera-se uma desaceleração modesta da economia, a qual deverá situar-se nos 1,3%, devido a restrições na procura interna e despesas públicas limitadas.

Em relação a Moçambique, o Banco Central, aponta para uma inflação anual baixa e previsível, podendo manter-se estável em torno de 6% a 7% tendo atingido 4,3% no último trimestre de 2018, de acordo com os resultados da Síntese da Conjuntura Económica do IV Trimestre de 2018, do INE. No entanto, a trajectória da inflação está condicionada a riscos de natureza interna



e externa. A nível interno, destacam-se as preocupações relacionadas com o impacto do ciclo eleitoral de 2019 e do pacote de descentralização administrativa e desmilitarização, bem como as incertezas associadas à evolução dos preços dos bens administrados. Na envolvente externa, realçam-se os riscos associados à tensão comercial entre as principais economias, a volatilidade do Dólar norte-americano, do Rand, e dos preços das commodities no mercado internacional, com ênfase para o preço do petróleo.

Com efeito, mantêm-se as perspectivas de um crescimento real da actividade económica, embora modesto. A economia moçambicana deverá ser influenciada pela maior confiança dos agentes económicos, face à estabilidade macroeconómica do país, e pelo aumento do fluxo de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) ligado à indústria extractiva.

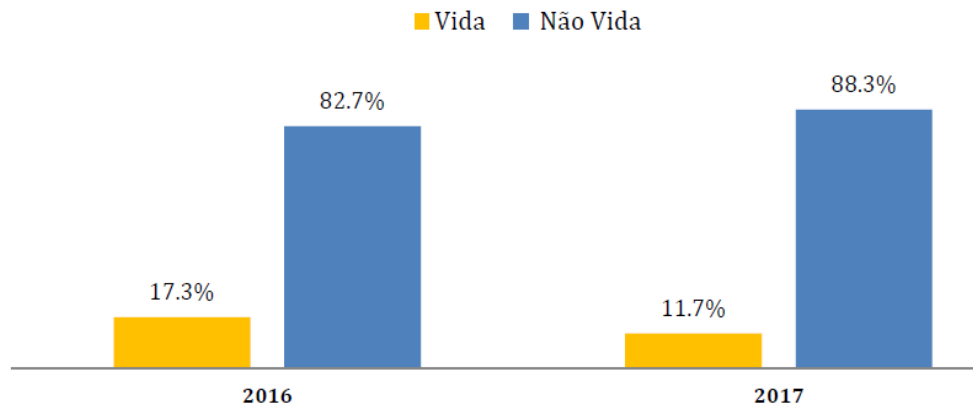
3. O mercado segurador em Moçambique

Segundo os dados publicados no Relatório do ISSM - Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, referentes a 31 de Dezembro de 2017, o mercado segurador registou a entrada de mais uma Companhia de Seguros, passando para um total de 20 seguradoras (2016: 19). Mais de metade das Companhias de Seguros exploram, exclusivamente, os ramos Não Vida.

Ao nível do resseguro, manteve-se apenas um ressegurador de direito moçambicano, a MOZRE, Moçambique Resseguros, S.A., de capitais moçambicanos e zimbabueanos.

A produção global de seguros registou um aumento de 22,7% (2016: 13,3%), situando-se em 13.023,4 milhões de meticais contra 10.617 milhões de meticais registados em 2016. Os ramos Não Vida apresentaram um crescimento de 31,0% (2016: 14,3%), enquanto o ramo Vida, decresceu 17,1% contra um crescimento registado em 2016 de 8,3%.

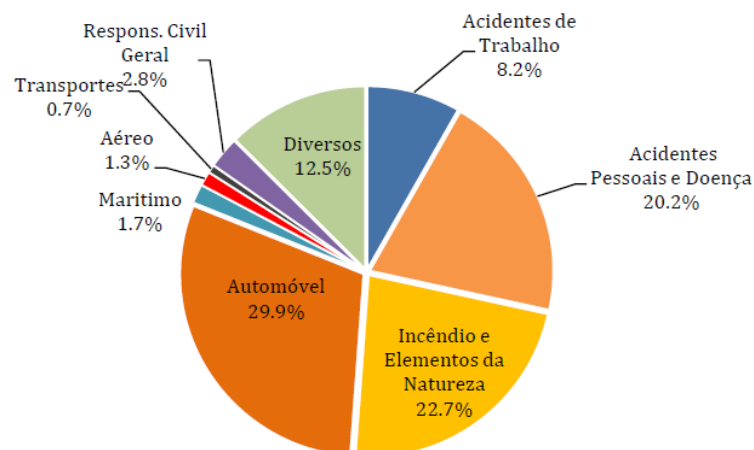
Os seguros dos ramos Não Vida continuam a ter um peso significativo no mercado, representando 88,3% (2016: 82,7%) da produção total, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Fonte: Relatório Anual sobre Actividade Seguradora em 2017

O ramo Automóvel perdeu posição relativamente a 2016, continuando, contudo, a ter a maior expressão no mercado Não Vida com 29,9% (2016: 35,1%) do total dos Prémios Brutos Emitidos (PBE), face ao seu carácter de obrigatoriedade e a uma maior consciencialização dos seus benefícios por parte da sociedade, seguido do ramo Incêndio e Elementos da Natureza, com 22,7% (2016: 23,9%), tendo os Acidentes Pessoais e Doença com 20,2% (2016: 11,7%), ganho uma maior relevância no conjunto da produção.

Abaixo a ilustração gráfica da distribuição dos PBE por ramos em 2017:



Fonte: Relatório Anual sobre Actividade Seguradora em 2017 - ISSM

No que se refere aos contributos para a produção no mercado, as cinco maiores companhias detinham, em 2017, uma quota de 74,8%, abaixo do valor de 77,6%, obtido em 2016. A MCS baixou 2 posições, passando do 6º para o 8º lugar, tendo reduzido a sua quota de mercado de 4% para 3,6%, devido ao impacto da redução dos prémios de Saúde.



O quadro que se segue mostra o posicionamento de cada Companhia em 2017 e 2016:

Posicionamento		Empresas seguradoras		Quota de Mercado Global	
2016	2017	Denominação	Natureza	2016	2017
2º	1º	EMOSE	Mista	23,2%	22,9%
4º	2º	Hollard	Não Vida	12,7%	16,0%
3º	3º	SIM	Mista	18,5%	13,7%
1º	4º	Global Alliance	Mista	23,2%	11,8%
5º	5º	ICE	Não Vida	4,8%	10,3%
Cinco primeiras empresas				77,6%	74,8%
7º	6º	Índico	Não Vida	3,7%	4,1%
-	7º	Mediplus	Não Vida	-	3,9%
6º	8º	MCS	Mista	4,0%	3,6%
9º	9º	Hollard	Vida	2,8%	2,5%
8º	10º	Austral	Não Vida	3,1%	2,2%

Fonte: Relatório Anual sobre a Actividade Seguradora em 2017 - ISSM

Durante o exercício de 2017, o resseguro cedido registou um acréscimo de 30,2% na taxa de cedência global (Vida e Não Vida), passando para 42,2% (2016: 12,0%). Os ramos com maior taxa de cedência foram o Marítimo (88,7%), Incêndio (85,1%) e Aéreo (78,8%).

Os sinistros dos ramos Não Vida ocorridos, em 2017, ascenderam a cerca de 52,2% dos prémios adquiridos líquidos de resseguro (2016: 52,3%), revelando uma pequena diminuição de 0,1 pontos percentuais em relação a 2016. As taxas de sinistralidade por ramo são descritas na tabela abaixo:



milhões de Meticais	Custos com sinistros	Prémios Adquiridos	Índice de sinistralidade	
			2017	2016
Acidentes de Trabalho	533,6	796,4	67,0%	79,8%
Acidentes Pessoais e Doença	643,6	1.126,9	57,1%	41,2%
Incêndio e elementos da Natureza	264,1	535,3	49,3%	43,7%
Automóvel	1.563,8	3.066,4	51,0%	49,5%
Marítimo	1,9	16,3	11,7%	11,4%
Aéreo	0,6	30,4	2,0%	18,7%
Transportes	23,7	39,0	60,8%	36,9%
Responsabilidade Civil Geral	53,8	108,0	49,8%	61,1%
Diversos	91,7	361,8	25,3%	49,8%
Total Não Vida	3.176,8	6.080,5	52,2%	52,3%

Fonte: Relatório Anual sobre a Actividade Seguradora em 2017 – ISSM

Já em 2018, e de acordo com o Relatório do 3º Trimestre, do ISSM, assistiu-se a um crescimento de 7,3% dos PBE nos ramos Não Vida e 33% no ramo Vida, face ao período homologado. Salienta-se, no entanto, que os dois ramos com maior peso na produção nacional apresentaram comportamentos aquém das expectativas. No ramo Incêndio assistiu-se a uma redução de cerca de 15% (-323 milhões de meticais) e o ramo Automóvel manteve-se estagnado, face ao mesmo período de 2017, com uma variação positiva de 0,4%. Os restantes ramos apresentaram crescimento, com destaque para o ramo Diversos que cresceu cerca de 600 milhões de meticais.

4. A Moçambique, Companhia de Seguros, S.A.

Em 2018, a Moçambique Companhia de Seguros, S.A. apresentou um resultado antes de impostos de 21,8 milhões de meticais, o que representa um decréscimo de 63,1% face ao valor obtido em 2017 que se cifrou nos 58,5 milhões de meticais.

Apesar do esforço desenvolvido pela Companhia na dinamização da rede de corretores e agentes, assim como no desenvolvimento do canal *Corporate* e Bancasseguros, assistiu-se a uma redução de 10,8% dos prémios brutos emitidos (PBE), face ao ano de 2017, o qual se fixou nos 415,1 milhões de meticais, ficando abaixo das expectativas de receita para 2018. A redução dos PBE resultou, exclusivamente, do comportamento do seguro de Saúde que, apesar de alguma recuperação no último trimestre do ano, manteve-se muito abaixo dos valores de 2017 (-81,5 milhões de meticais). Excluído o efeito do Seguro de Saúde, o restante conjunto apresentou um crescimento de 9,1%, traduzido num montante de 31 milhões de meticais.



No que se refere à distribuição por ramos, destaca-se o bom desempenho de Incêndio e Outros Danos, com um crescimento de 25,5%, do ramo Automóvel com 7,7% e da modalidade Acidentes de Trabalho com 2,1%, representando o conjunto um crescimento de 39,1 milhões de meticais. Embora menos relevante, face ao seu peso, interessa destacar o desempenho de Acidentes Pessoais com um crescimento de 131% (cerca de 1,4 milhões de meticais).

Pela negativa e para além do seguro de Saúde, destacam-se os ramos Transportes (-0,7 milhões de meticais), Responsabilidade Civil e Diversos que, no seu conjunto, apresentaram uma variação acumulada de -9,5 milhões de meticais, dos quais -7,2 milhões de meticais dizem respeito aos ramos Diversos, relacionados com a redução dos seguros de Caução.

4.1. Expansão, desenvolvimento organizacional e recursos humanos

Em 2018, continuou o processo de prospecção de novos mercados em Lichinga e Pemba, através de identificação de parceiros de referência naqueles pontos do país. Com efeito, foram firmadas algumas parcerias com novos Agentes e Corretores com vista ao aumento da receita da Companhia e melhor distribuição dos seus produtos e serviços.

No último trimestre, encerrou-se a Loja do Agente de Tete, tendo a carteira sido incorporada no Balcão da Beira. Em simultâneo, a gestão directa da carteira e dos clientes desta região foi transferida para os parceiros locais da MCS.

Ainda em 2018, foi dado início ao processo de negociação, tendo em vista a implementação de parcerias estratégicas para a dinamização do produto automóvel “Mova”, em 2019, por via de meios electrónicos de distribuição. O sistema a utilizar permitirá aumentar os canais de distribuição da MCS, resultando, ainda, num forte investimento em publicidade e marketing.

4.2. Recursos Humanos

A nível da gestão de recursos humanos mantivemos a orientação de privilegiar a formação e o desenvolvimento das capacidades profissionais dos trabalhadores, tendo sido ministradas diversas acções de formação a nível interno.

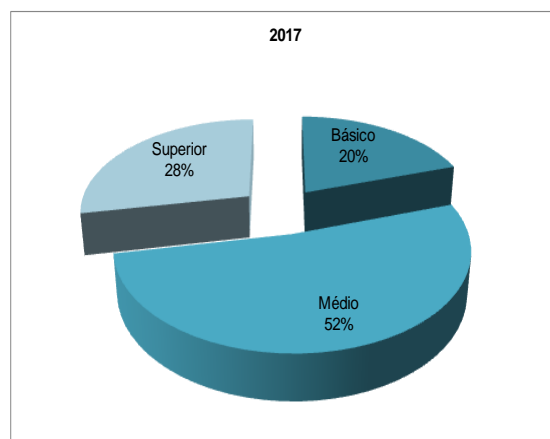
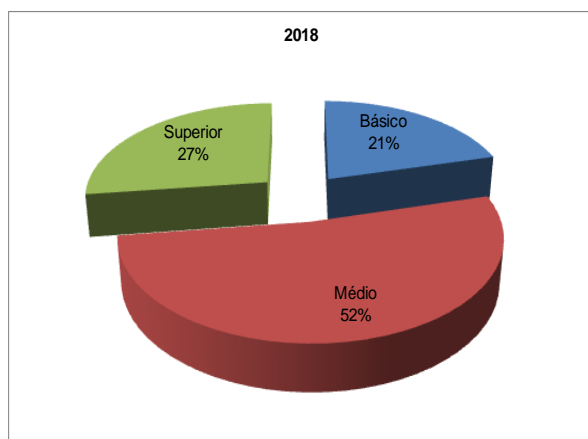
Durante o ano de 2018, foram contratados 4 novos colaboradores e desvinculados 8, tendo-se procedido à reestruturação do quadro de pessoal dos Balcões de Nampula e Matola. Com efeito, a Gerente de Nampula assumiu a mesma função no Balcão da Matola e o anterior Gerente da Matola, assumiu a função de Responsável do Canal Directo e Rede de Agentes e Angariadores, acumulando, ainda, tarefas relacionadas com os Concursos Públicos e Marketing.



O quadro de pessoal da Companhia, composto por quarenta e oito colaboradores em 2018 (2017: cinquenta e dois colaboradores), apresentou uma redução de 4 efectivos.

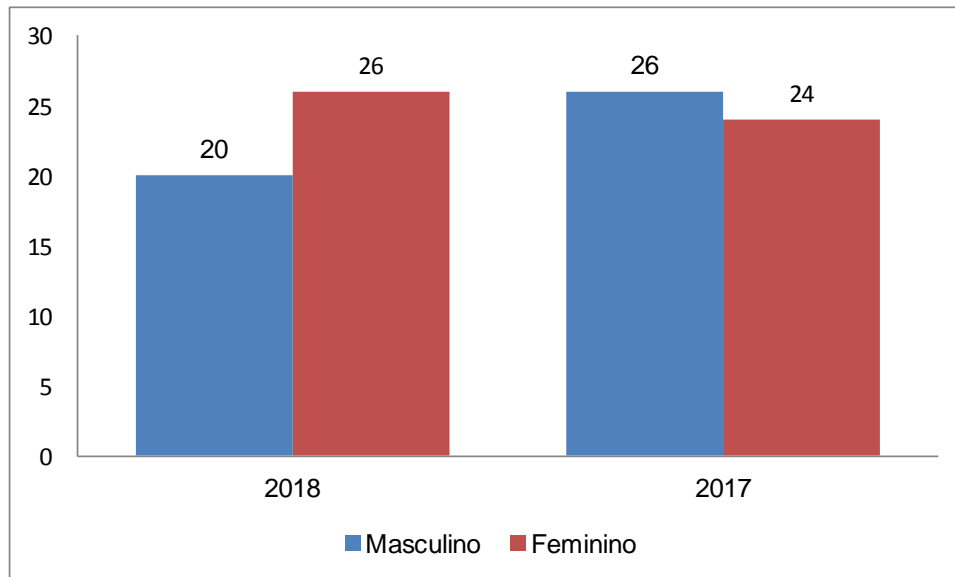
A estrutura e composição do pessoal da Companhia é apresentada nos gráficos seguintes:

Distribuição do pessoal por nível académico:





Distribuição do pessoal por género:



4.2. Sistemas de informação

Em Setembro de 2018, iniciou-se à implementação de um novo Sistema Integrado de Gestão de Seguros denominado Projecto MCS^{XXI}, com impacto nos processos e procedimentos em vigor na Companhia. Este sistema visa a mitigação de riscos e o aumento dos níveis de controlo e fiabilidade dos dados face ao actual sistema. O Projecto MCS^{XXI}, cujo prazo de execução está previsto para o primeiro semestre de 2019, permitirá a integração total das necessidades tecnológicas da MCS, quer ao nível do negócio, da distribuição, da selecção e gestão do risco, do *Workflow* e Gestão Documental, bem como na gestão de temas organizacionais integrando as necessidades contabilísticas de *reporting* e de Recursos Humanos.

4.3. Marketing e imagem institucional

Durante o ano de 2018, realizaram-se algumas acções de marketing, com destaque para a dinamização do seguro Automóvel, na modalidade de Danos Próprios e lançamento do novo seguro de Saúde.

Reforçou-se, ainda, a divulgação da imagem institucional da MCS a partir da página disponível no facebook e no *website* www.mcs.co.mz.



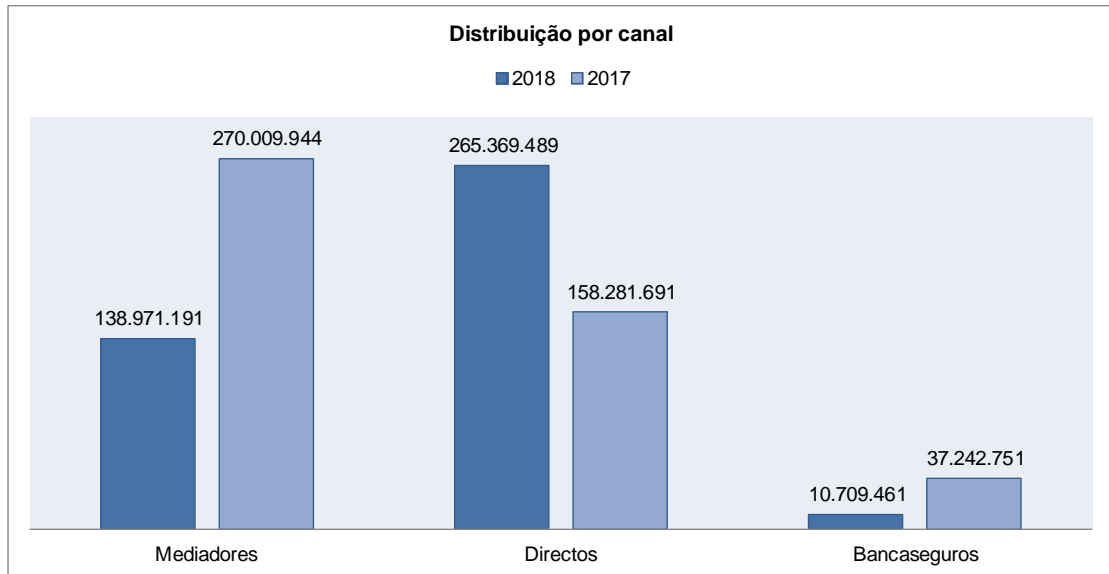
4.4. Análise da actividade

4.4.1. Produção

Os Prémios Brutos Emitidos atingiram, em 2018, o montante de 415.050 milhares de meticaís (2017: 465.534 milhares de meticaís), o que representa um decréscimo de 10,8%, face a 2017. Esta redução dos prémios resultou, exclusivamente, do comportamento do seguro de Saúde que apresentou um decréscimo de 81,5 milhões de meticaís, face a 2017, conforme referido anteriormente. Excluído este efeito, o conjunto dos restantes ramos apresentaram um crescimento de 9,1%, no valor de 31 milhões de meticaís.

Em 2018, assistiu-se a uma alteração da contribuição dos prémios brutos emitidos por canal, tendo os seguros dos canais *Corporate* e *Directos* passado a liderar com um peso de 64% (2017: 34%), seguido do canal de mediadores com uma contribuição de 33% (2017: 58%) e a bancaseguros com apenas 3% (2017: 8%).

O gráfico abaixo ilustra a contribuição em meticaís, nos prémios por canal em 2018 e 2017, respectivamente:

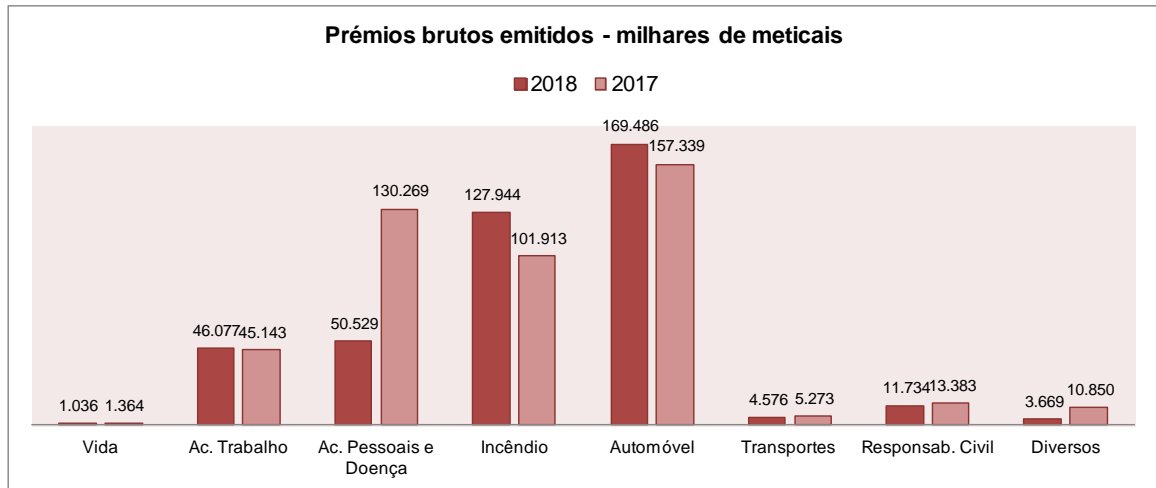


A Companhia continua a manter, na sua carteira de clientes, várias das mais qualificadas empresas e entidades do mercado nacional, das quais se destacam o Grupo Vodacom, Plexus Moçambique, Elizabeth Grazer Pediatric Aids Foundation, Banco Terra Moçambique, Visabeira Moçambique, Electricidade de Moçambique, Conselho de Estado, Banco Único, Médicos Sem Fronteiras, entre outros.

No ano de 2018, foram emitidas 4.899 novas apólices (2017: 6.415), sendo, 2.568 do ramo Automóvel, 989 de Acidentes Pessoais e Doença, 447 de Acidentes de Trabalho, 284 de Diversos, 271 de Incêndio, 152 do ramo Vida, 122 de Responsabilidade Civil e o remanescente de Transportes. O prémio médio por apólice em carteira desceu para 22,96 milhares de meticais (2017: 37,65 milhares de meticais).

Os ramos Automóvel e Incêndio continuam a ter um peso significativo na produção total, representando, respectivamente 40,8% (2017: 34%) e 30,8% (2017: 21,9%). O ramo Acidentes Pessoais e Doença apresentou uma queda substancial, face ao ano passado, devido às perdas verificadas nos produtos de Saúde associados ao Plano da Boa Vida. No último trimestre de 2018, o novo produto de saúde da MCS foi revisto, com resultados positivos e uma tendência de recuperação, prevendo-se um crescimento substancial, em 2019.

O gráfico abaixo resume a composição dos prémios brutos emitidos por ramo, comparando 2018 e 2017:



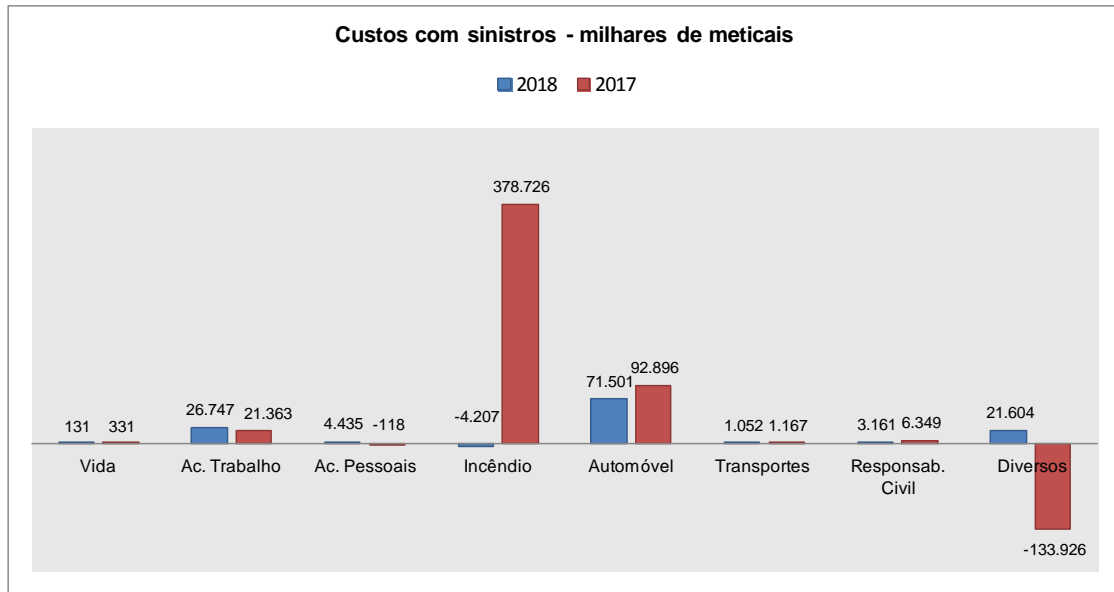
4.4.2. Sinistros

No exercício de 2018, a Companhia registou a participação de 1.407 processos de sinistro (2017: 1.025 processos), dos quais 480 foram já encerrados. No final do exercício, o número de processos de sinistro pendentes era de 927 (2017: 514).

Os custos com sinistros atingiram 124.425 milhares de meticais em 2018 (2017: 366.788 milhares de meticais). Os montantes pagos foram de 128.658 milhares com uma variação negativa em provisões de 4.232 milhares de meticais.

As principais variações verificaram-se nos ramos Incêndio e Diversos, influenciados, em 2017, pelos sinistros da Vodacom (366 milhões de meticais) e da anulação do excesso da provisão constituída para o sinistro da Emodraga (107 milhões de meticais).

O gráfico abaixo resume os custos com sinistros, por ramo, em 2018 e 2017:



De seguida é apresentado o quadro com o rácio de sinistralidade, apenas do seguro directo:

Rácio de sinistralidade / Prémios adquiridos

Ramo	31-Dez-18	31-Dez-17
Vida	12,37%	61,55%
Acidentes de Trabalho	54,90%	50,36%
Acidentes Pessoais e Doença	5,95%	-0,09%
Incêndio e Elementos da Natureza	-2,92%	418,28%
Automóvel	37,44%	52,72%
Transportes	21,70%	19,97%
Responsabilidade Civil Geral	21,12%	44,94%
Diversos	424,09%	-1059,64%
Total	25,70%	77,56%

O rácio de sinistralidade da Companhia fixou-se em cerca de 25,70% dos prémios adquiridos, com destaque para o ramo Diversos que apresentou um crescimento substancial, por efeito dos custos adicionais do sinistro da Emodraga.

Considerando, os custos com sinistros líquidos de resseguro, a taxa de sinistralidade é analisada como segue:



<u>Ramo</u>	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Vida	10,79%	61,55%
Acidentes de Trabalho	40,98%	50,76%
Acidentes Pessoais e Doença	-7,33%	-9,39%
Incêndio e Elementos da Natureza	25,26%	-3,88%
Automóvel	34,48%	51,19%
Transportes	14,85%	9,82%
Responsabilidade Civil Geral	100,34%	88,95%
Diversos	195,81%	-595,67%
<u>Rácio global</u>	<u>34,08%</u>	<u>19,64%</u>

4.4.3. Custos de exploração

O valor dos custos de exploração, em 2018, foi de 46.877 milhares de meticais, representando, 9,67% dos prémios adquiridos (2017: 7,69%). O acréscimo deste rácio é justificado pelos investimentos efectuados no âmbito dos custos de aquisição.

O quadro abaixo, resume o rácio dos custos de exploração por ramo nos anos de 2018 e 2017:

Custos de exploração, por ramo

Ramo	2018	2017
Vida	12,87%	9,39%
Acidentes de Trabalho	11,56%	11,02%
Acidentes Pessoais e Doença	8,82%	10,45%
Incêndio e Elementos da Natureza	8,73%	11,46%
Automóvel	10,25%	2,69%
Transportes	16,69%	13,35%
Responsabilidade Civil Geral	6,92%	7,36%
Diversos	10,81%	8,36%
Total	9,68%	7,69%

4.4.4. Custos por natureza

O total dos custos por natureza ascendeu, em 2018, a 26,58% dos prémios adquiridos (2017: 30,56%). As despesas com pessoal, incluindo as remunerações dos Órgãos Sociais,



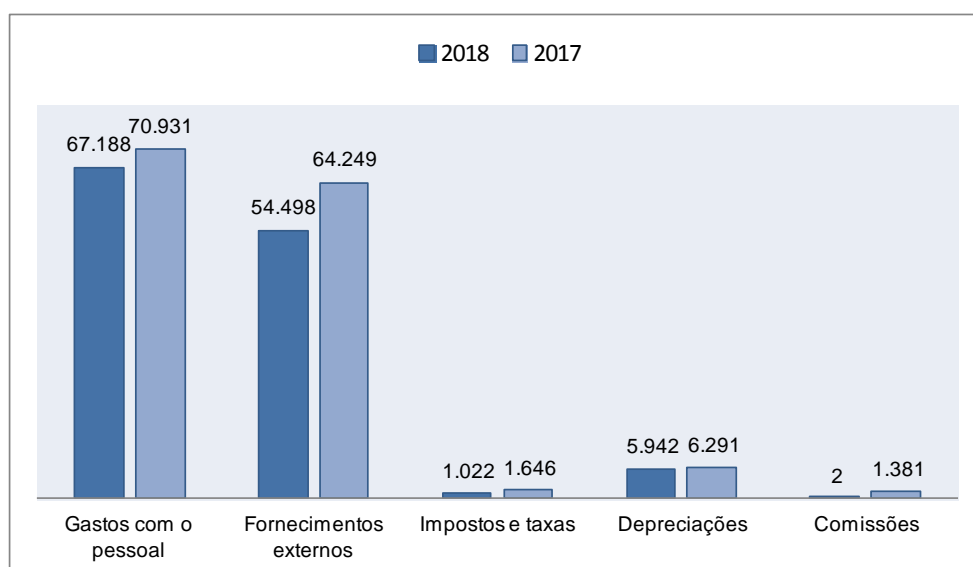
representaram 13,88% (2017; 15%). O decréscimo nas despesas com o pessoal é justificado essencialmente pela reorganização interna da estrutura da Companhia.

Os Outros Custos representam 12,70% (2017; 15,56%) dos prémios adquiridos. O decréscimo verificado nesta rubrica, face ao ano transacto, é justificado, no essencial, pelo impacto das rubricas de Trabalho Especializado, Publicidade e Propaganda, Rendas e Alugueres, Comunicações e Material de Escritório, decorrente do processo de reestruturação dos custos implementado em 2018.

De seguida é explicitada a composição dos custos por natureza:

Designação	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Despesas Gerais	128 651 821	26,58%	144 497 832	30,56%
. Despesas com o pessoal	67 187 573	13,88%	70 930 575	15,00%
. Outros Custos	61 464 248	12,70%	73 567 257	15,56%
. Fornecimentos e Serviços Externos	54 498 442	11,26%	64 248 653	13,59%
. Impostos e Taxas	1 022 182	0,21%	1 645 922	0,35%
. Amortizações	5 941 571	1,23%	6 291 270	1,33%
. Comissões	2 054	0,00%	1 381 411	0,29%
Total dos Prémios Adquiridos	484 096 529		472 881 549	

No gráfico que se segue é feita a ilustração dos custos por natureza nos dois últimos exercícios em milhares de meticais:





4.4.5. Resseguro cedido

O resseguro cedido apresentou, no final de 2018, um saldo financeiro favorável aos resseguradores de 97.861 milhares de meticais. No ano de 2017, o saldo foi desfavorável em 127.313 milhares meticais.

De seguida é apresentado o saldo líquido do movimento com os resseguradores:

Movimento com resseguradores

	31-Dez-18	31-Dez-17
Prémios de Resseguro Cedido	168 394 168	225 373 951
Comissões e Participação nos Resultados	19 247 953	38 645 735
Sinistros e Variação da provisão para sinistros	25 599 512	317 489 298
Provisão Para Prémios Não Adquiridos	25 685 364	(3 448 054)
Resultado para os Resseguradores	97 861 339	(127 313 027)

Prémios de Seguro Directo	415 050 137	465 534 387
Taxa de Cedência	40,57%	32,62%

4.4.6. Gestão de investimentos

No exercício de 2018, a política de investimentos manteve-se orientada para as aplicações em depósitos a prazo, expressos quer em moeda nacional, quer em moeda estrangeira e bilhetes do tesouro.

O quadro que se segue ilustra os investimentos por tipologia nos anos de 2018 e 2017:

Investimentos líquidos de desinvestimentos

Tipo de investimento	31-Dez-18	31-Dez-17
Depósitos a prazo	9 305 132	17 582 370
Bilhetes do Tesouro	-	3 000 000
Obrigações	1 500 000	1 500 000
Imóveis	60 771 363	61 960 496
- De Serviço Próprio	60 771 363	61 960 496
Total	71 576 495	84 042 866



A variação negativa evidenciada no quadro atrás resulta essencialmente da desmobilização de depósitos a prazo para fazer face às necessidades operacionais da MCS, assim como do vencimento dos bilhetes de tesouro.

4.4.7. Situação financeira

O activo líquido, em 2018, totalizou 730.493 milhares de meticaís, contra 710.188 milhares de meticaís, em 2017.

O total dos capitais próprios fixou-se em 169.811 milhares meticaís contra 81.718 milhares de meticaís, em 2017. Esta variação decorre fundamentalmente do aumento de capital social e do lucro realizado no exercício de 2018.

Importa, ainda, referir que no exercício de 2018 se procedeu à cobrança de recibos no valor de 396.129 milhares de meticaís (2017: 444.998 milhares de meticaís). Este valor representa cerca de 95,42% dos prémios processados, em linha com os 95,5% registados no exercício anterior. Estes indicadores reflectem o grande esforço de cobrança desenvolvido ao longo dos exercícios.

O montante dos prémios em cobrança atingiu, em 31 de Dezembro de 2018, 274.439 milhares de meticaís (2017: 244.100 milhares de meticaís). A provisão para estes recibos, que ascende a 71.741 milhares de meticaís, correspondente a uma cobertura de cerca de 26,14% do montante total. O valor de prémios à cobrança, com menos de 1 ano, representa cerca de 62,34%. A provisão para prémios em cobrança está em conformidade com os critérios definidos pela Autoridade de Supervisão e que reflectem uma maior adequação à realidade moçambicana.

Durante o exercício de 2018, prosseguiu-se com a política de redução dos recibos com maior antiguidade. O rácio verificado, dadas as circunstâncias específicas do mercado moçambicano, pode considerar-se satisfatório, embora careça de permanente atenção.

Nos primeiros meses de 2019, foi possível proceder à cobrança de 127.791 milhares de meticaís de prémios em dívida a 31 de Dezembro de 2018, reduzindo, o volume total de 274.439 milhares de meticaís para 146.648 milhares de meticaís.

O passivo da Companhia no valor de 560.681 milhares de meticaís (2017: 628.469 milhares de meticaís) é, no essencial, constituído por provisões técnicas, próprias da actividade seguradora, e por créditos relacionados com operações de resseguro.



4.5. Perspectivas para 2019

Para o ano de 2019, a MCS continuará a assumir como prioridade a valorização da relação com o canal de mediação, a particular dinamização dos seguros de Saúde com vista a recuperação da perda de prémios verificada em 2018 e o desenvolvimento dos canais Corporate e Bancasseguros, bem como uma criteriosa selecção dos riscos em carteira e a implementação de medidas de redução da sinistralidade e dos recibos à cobrança, para que se obtenha o equilíbrio necessário na exploração técnica dos vários ramos. Adicionalmente, haverá uma forte aposta na redefinição e melhoria dos procedimentos internos, com a implementação de novos modelos processuais e tecnológicos, de forma a promover o aumento dos níveis de eficiência, produtividade, rentabilidade dos investimentos e qualidade dos serviços.

Os valores alcançados, já no decorrer dos primeiros dois meses do ano de 2019, permitem antever um bom exercício. Com efeito, o volume de Prémios Brutos Emitidos, no período em referência, cresceu cerca de 18,4%, tendo atingido o valor de 113,8 milhões de meticais (2018: 96,1 milhões de meticais). Os custos com sinistros registaram uma redução de 37,1%, com uma taxa de sinistralidade global de 19,46% (2018: 36,46%), permitindo uma melhoria substancial no resultado daquele período.

A MCS irá continuar a consolidar a sua posição no mercado segurador, fruto de um relacionamento mais próximo com os seus parceiros e com os principais agentes da sociedade moçambicana.

A Companhia continuará a apostar no apoio aos agentes loja (Nacala, Tete e Pemba), tendo por base a expansão territorial na zona norte. O desenvolvimento de meios tecnológicos e de contratação de seguros à distância será uma das preocupações em 2019 de forma a garantir uma maior cobertura do território nacional.

Tendo como perspectivas um crescimento moderado da economia e o contínuo aumento do número de operadores, é expectável que se mantenha a pressão sobre os preços, o que poderá resultar na degradação das taxas técnicas praticadas no mercado segurador. Assim, a Companhia continuará a dedicar a sua atenção à selecção de risco e racionalização de custos, de modo a melhorar o seu desempenho.



5. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de 19.739.503 meticaís, seja aplicado na constituição de reservas legais (3.947.901 meticaís) de acordo com o Decreto-Lei n.º 1/2010, 986.975 meticaís em reserva estatutária e o remanescente seja levado, na totalidade, a resultados transitados.

Com a aplicação do resultado constante da presente proposta, a situação líquida da Companhia fixar-se-á em 169.811 milhares de meticaís.

6. Notas Finais

Ao finalizar, apresentamos as nossas saudações e agradecimentos a todos quantos nos têm ajudado e apoiado, contribuindo de forma decisiva para o crescimento da Companhia, nomeadamente:

- ao Governo de Moçambique e, em particular, ao Ministério da Economia e Finanças, que tem assegurado ao País um clima de estabilidade e progresso, favorável ao desenvolvimento dos negócios;
- ao Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, pela forma como tem acompanhado o sector e a actividade da Companhia;
- aos Clientes pela confiança demonstrada;
- aos Accionistas, pelo empenhamento e compreensão manifestados;
- ao Conselho Fiscal, pelo apoio sempre recebido e acompanhamento diligente da vida da Companhia;
- aos Auditores, pela colaboração prestada;
- à Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. pelo apoio técnico sempre disponível;
- aos Resseguradores pela acessibilidade e compreensão demonstradas;
- aos Agentes, Corretores e restantes parceiros pela colaboração prestada;
- aos Trabalhadores pelo esforço, competência e dedicação com que desempenharam as suas tarefas.



Maputo, 1 de Abril de 2019

O Conselho de Administração

O Presidente
G.C.P. – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais S.A., representada por
Dr. Lucas Fazine Chachine

O Vice - Presidente
Lusitania, Companhia de Seguros, SA, representada por
Dr. Fernando Dias Nogueira

O Vogal
Dr. Bento Nuno de Mira Serrano



Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



GANHOS E PERDAS	Notas	Ramo Vida	Ramos Não Vida						Conta Não Técnica	Totais do Exercício	Totais do Exercício Anterior	
			Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais e Doença	Incêndio e Elementos da Natureza	Automóvel	Transportes	Responsabilidade Civil Geral				Diversos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		1 210 300	47 187 190	21 700 224	25 953 136	185 390 519	1 903 045	3 015 146	3 657 437	-	290 016 997	250 955 652
Prémios brutos emitidos	4.14	1 035 579	46 077 421	50 528 707	127 944 107	169 485 619	4 575 737	11 734 004	3 668 963	-	415 050 137	465 534 387
Prémios de resseguro cedido	4.14	139 346	(1 727 903)	(39 098 649)	(107 106 128)	(6 355 809)	(2 691 253)	(10 063 580)	(1 490 192)	-	(168 394 168)	(225 373 951)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4.9	19 314	2 640 157	24 039 848	15 929 974	21 483 720	271 992	3 236 111	1 425 276	-	69 046 392	7 347 162
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	4.8	16 061	197 515	(13 769 682)	(10 814 817)	776 989	(253 431)	(1 891 389)	53 390	-	(25 685 364)	3 448 054
Custos com sinistros líquidos de resseguro		130 537	19 339 568	(1 591 628)	6 556 787	63 920 828	282 539	3 025 343	7 161 806	-	98 825 780	49 298 367
Montantes pagos												
Montantes brutos	4.15	130 537	23 888 124	1 479 129	7 360 288	62 042 663	996 311	1 195 010	31 565 729	-	128 657 791	710 089 899
Parte dos resseguradores	4.15	-	(7 407 787)	(5 840 948)	(6 379 114)	(7 580 492)	(697 976)	(136 428)	-	-	(28 042 745)	(459 280 587)
Provisão para sinistros (variação)												
Montante bruto	4.15	-	2 859 231	2 956 349	(11 567 394)	9 458 657	55 690	1 966 283	(9 961 315)	-	(4 232 499)	(343 302 234)
Parte dos resseguradores	4.15	-	-	(186 158)	17 143 007	-	(71 486)	478	(14 442 608)	-	2 443 233	141 791 289
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4.7	106 974	(32 605)	(945 870)	1 112 114	-	(141 157)	(15 744)	2 762 365	-	2 846 077	(8 348 505)
Gastos de exploração líquidos		860 221	19 035 296	24 982 270	17 669 875	86 603 209	3 308 898	(469 491)	3 085 315	-	155 075 593	139 519 260
Custos de aquisição	4.16	726 373	6 864 853	12 165 486	13 141 404	25 517 586	1 573 996	909 658	2 172 840	-	63 072 196	66 244 909
Custos de aquisição diferidos (variação)	4.16	(7 106)	163 087	2 101 231	1 204 590	1 510 424	(6 560)	200 985	120 686	-	5 287 337	(5 564 704)
Custos administrativos	4.16	140 954	11 411 576	15 039 055	16 213 300	58 512 643	2 918 551	301 332	1 426 602	-	105 964 013	117 484 789
Comissões e participação nos resultados de resseguro	4.16	-	595 780	(4 323 502)	(12 889 419)	1 062 556	(1 177 089)	(1 881 466)	(634 813)	-	(19 247 953)	(38 645 735)
Rendimentos												
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	2 196 416	2 196 416	7 116 836
Gastos com investimentos												
Outros	4.16	-	1 529	1 785	4 249	5 693	170	425	85	-	13 936	1 394 740
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		24 536	3 837 889	795 443	(3 352 310)	7 175 372	611 215	339 087	(794 186)	(63 509)	8 573 537	20 444 100
De activos disponíveis para venda		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo am	4.8	24 536	3 837 889	795 443	(3 352 310)	7 175 372	611 215	339 087	(794 186)	(63 509)	8 573 537	(4 137 337)
De investimentos a deter até a maturidade		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24 581 437
Outras provisões (variação)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	4.17	-	-	-	-	-	-	-	-	(5 109 329)	(5 109 329)	2 429 886
Resultado antes de imposto		88 032	5 005 513	(1 541 776)	3 962 421	27 685 417	(2 158 620)	135 526	(8 557 948)	(2 849 404)	21 769 161	58 194 412
Impostos correntes	4.18	-	-	-	-	-	-	-	-	(2 298 705)	(2 298 705)	-
Impostos diferidos	4.18	-	-	-	-	-	-	-	-	269 047	269 047	260 459
Resultado líquido do exercício		88 032	5 005 513	(1 541 776)	3 962 421	27 685 417	(2 158 620)	135 526	(8 557 948)	(4 879 062)	19 739 503	58 454 871



BALANÇO	Notas	31/dez/18			31/dez/17
		Valor bruto	Depreciações e provisões	Valor líquido	
ACTIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.1	9 488 404	-	9 488 404	17 731 710
Empréstimos e contas a receber					
Outros depósitos	4.2	31 761 543	-	31 761 543	33 382 683
Investimentos a deter até a maturidade	4.3	1 540 993	-	1 540 993	4 246 020
Edifícios					
De uso próprio	4.4	68 301 255	6 896 337	61 404 918	62 594 051
Outros activos tangíveis	4.5	36 173 025	25 676 326	10 496 699	12 702 100
Outros activos intangíveis	4.6	45 240 720	1 719 232	43 521 488	20 111 996
Provisões técnicas de resseguro cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	4.7	7 219 936	-	7 219 936	32 905 301
Provisão para sinistros					
De acidentes de trabalho	4.7	1 651 416	-	1 651 416	4 637 478
De outros ramos	4.7	23 253 327	-	23 253 327	29 175 550
Outros devedores por operações de seguros e outras operações					
Contas a receber por outras operações de seguro directo	4.8	524 046 984	71 740 933	452 306 051	427 462 863
Contas a receber por outras operações de resseguro	4.8	47 493 708	-	47 493 708	42 116 942
Contas a receber por outras operações	4.8	46 315 827	7 923 587	38 392 240	21 624 740
Activos por impostos					
Activos por impostos correntes	4.18	1 414 032	-	1 414 032	65 780
Acréscimos e diferimentos	4.19	548 177	-	548 177	1 430 649
Total do activo		844 449 347	113 956 415	730 492 932	710 187 863



BALANÇO	Notas	31/dez/18	31/dez/17
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas			
Provisão para prémios não adquiridos	4.9	66 009 992	129 769 036
Provisão para sinistros			
Do ramo Vida	4.9	32 463	62 212
Do ramo acidentes de trabalho e doenças profissionais	4.9	40 646 042	35 266 922
De outros ramos	4.9	76 549 853	70 925 188
Provisão para desvios de sinistralidade	4.9	16 066 577	14 094 990
Provisão para riscos em curso	4.9	2 273 287	1 398 797
Empréstimos bancários	4.10	17 340 520	19 009 154
Outros credores por operações de seguros e outras operações			
Contas a pagar por operações de seguro directo	4.11	58 269 572	50 462 580
Contas a pagar por operações de resseguro	4.11	210 184 369	232 168 878
Contas a pagar por outras operações	4.11	11 080 790	11 513 707
Passivos por impostos			
Passivos por impostos correntes	4.18	17 200 430	15 037 269
Passivos por impostos diferidos	4.18	10 521 092	10 790 138
Acréscimos e diferimentos	4.19	10 131 510	13 595 852
Outras provisões	4.20	24 375 000	24 375 000
Total do passivo		560 681 497	628 469 724
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	4.12	164 643 088	100 000 000
Reservas de reavaliação	4.13	33 154 798	33 853 327
Reserva por impostos diferidos	4.13	(10 609 535)	(10 833 064)
Reserva legal	4.13	19 602 938	7 911 963
Reservas estatutárias	4.13	2 213 691	2 213 691
Outras reservas	4.13	1 464 634	1 464 634
Resultados transitados	4.13	(60 397 682)	(111 347 282)
Resultados do exercício		19 739 503	58 454 871
Total do Capital Próprio		169 811 435	81 718 140
Total do Passivo e do Capital Próprio		730 492 932	710 187 863



MOÇAMBIQUE COMPANHIA DE SEGUROS

	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Reservas estatutárias	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Balço a 31 de Dezembro de 2016	100 000 000	34 460 682	(11 027 418)	7 911 963	2 213 691	1 464 634	(14 373 001)	(91 006 949)	29 643 601
Aplicação do resultado do exercício de 2016	-	-	-	-	-	-	(91 006 949)	91 006 949	-
Consumo da reserva de reavaliação do edifício de uso próprio	-	(607 355)	-	-	-	-	607 355	-	-
Consumo do imposto diferido sobre o valor de reserva de reavaliação de edifício de uso próprio	-	-	194 354	-	-	-	(194 354)	-	-
Efeito da reexpressão de 2017	-	-	-	-	-	-	(6 380 333)	-	(6 380 333)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	58 454 871	58 454 871
Balço a 31 de Dezembro de 2017	100 000 000	33 853 327	(10 833 064)	7 911 963	2 213 691	1 464 634	(111 347 282)	58 454 871	81 718 140
Aplicação do resultado do exercício de 2017	-	-	-	11 690 975	-	-	46 763 896	(58 454 871)	-
Aumento do capital social	64 643 088	-	-	-	-	-	-	-	64 643 088
Consumo da reserva de reavaliação do edifício de uso próprio	-	(698 529)	-	-	-	-	698 529	-	-
Consumo do imposto diferido sobre o valor de reserva de reavaliação de edifício de uso próprio	-	-	223 529	-	-	-	(223 529)	-	-
Regularização de excesso de perdas de anos anteriores	-	-	-	-	-	-	3 710 704	-	3 710 704
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	19 739 503	19 739 503
Balço a 31 de Dezembro de 2018	164 643 088	33 154 798	(10 609 535)	19 602 938	2 213 691	1 464 634	(60 397 682)	19 739 503	169 811 435



DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

	Notas	2018	2017
Resultado líquido do exercício		19 739 503	58 454 871
Total do rendimento integral		19 739 503	58 454 871



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	19 739 503	58 454 871
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>		
Impostos diferidos e sobre o rendimento	2 029 658	(260 459)
Depreciações e amortizações	5 941 571	6 291 270
Menos ou mais valia no abate de activos tangíveis	213 787	306 062
Imparidade de activos financeiros líquida de reversões e recuperações	8 573 537	(10 568 513)
Outras provisões	-	24 581 437
<u>Variações nos activos e passivos operacionais:</u>		
(Aumento) / redução em devedores por operações de seguros e outras operações	(46 104 982)	(276 941 156)
Aumento / (redução) em credores por operações de seguros e outras operações	(14 610 434)	177 596 991
Aumento / (redução) de impostos activos / passivos	(1 383 795)	12 524 035
Pagamento de imposto sobre o rendimento	(100 000)	(65 780)
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais	(25 701 155)	(8 081 242)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Aquisição de activos tangíveis	(3 052 230)	(3 135 635)
Aquisição de activos intangíveis	(24 184 133)	(9 366 216)
Venda de activos tangíveis	153 000	750 000
Aquisição de títulos de dívida	-	(2 355 438)
Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento	(27 083 363)	(14 107 290)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Empréstimos bancários obtidos	17 340 520	19 009 154
Reembolso de empréstimos e juros bancários	(37 442 397)	(3 871 470)
Aumento de capital social	64 643 088	-
Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento	44 541 211	15 137 683
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	(8 243 306)	(7 050 848)
Caixa e equivalentes de caixa a 1 de Janeiro	17 731 710	24 782 558
Caixa e equivalentes de caixa a 31 de Dezembro	9 488 404	17 731 710

Notas às Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Notas às demonstrações financeiras

1. Informações gerais

A MCS – Moçambique, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por MCS ou Companhia) é uma sociedade anónima, constituída em 20 de Julho de 2000, por tempo indeterminado. Tem a sua sede em Maputo e rege-se pelos seus estatutos e demais legislação aplicável.

A Companhia tem por objecto o exercício da actividade de seguros e resseguros, em todos os ramos Vida e Não Vida e iniciou a actividade operacional em 3 de Junho de 2001.

2. Políticas contabilísticas

2.1. Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, foram preparadas em conformidade com o Diploma Ministerial n.º 222/2010, de 17 de Dezembro, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), emitidas até àquela data, e ainda de acordo com disposições emanadas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM), relativas à contabilização das operações das empresas de seguros. Em consequência, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nos princípios da continuidade e do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). De referir que, em referência a 31 de Dezembro de 2018, os activos detidos pela Companhia afectos para representação das provisões técnicas, revelam-se insuficientes no montante de 120 513 315 Meticais, de acordo com os requisitos regulamentares actualmente em vigor. Esta insuficiência de activos, apesar de ter diminuído de 2017 para 2018, é justificado pelo sinistro da Emodraga, em que parte do risco foi transferido em Resseguro Cedido, através de uma colocação em facultativo, não tendo sido colocados pelos resseguradores, até à presente data, activos à disposição da MCS para caucionar a parte das responsabilidades a seu cargo.

As presentes demonstrações financeiras foram apreciadas pelo Conselho de Administração e estão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas agendada para 3 de Abril de 2019.



2.2. Políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

A MCS tem o metical como moeda funcional. As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado.

As taxas de câmbio consideradas para a conversão dos activos e passivos financeiros em MZN às datas de 31 de Dezembro de 2018 e de 31 de Dezembro de 2017 foram as seguintes:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Dólar Norte-Americano	61,46	58,78
Rand Sul-Africano	4,27	4,76
Euro	70,23	70,44

b) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido, bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção dos



instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e, por conseguinte, mensurados ao custo.

Um ganho ou perda resultante de um activo financeiro disponível para venda é reconhecido directamente no capital próprio até que o activo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido nos lucros ou prejuízos. As perdas por imparidade reconhecidas nos lucros ou prejuízos para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não são revertidas através dos lucros ou prejuízos. A Companhia não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados. A Companhia não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

Investimentos a deter até à maturidade

Considera-se investimentos a deter até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo a Companhia a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço da MCS na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.



A MCS avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expiram, quando a Companhia tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a MCS tenha transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja



identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Para os activos financeiros em que não seja possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

c) Imparidade de activos financeiros

A MCS avalia em cada data de balanço a existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado, e que deve ser liquidado pela entrega de um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.



Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada no capital próprio, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial. A Companhia não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

Empréstimos obtidos e contas a pagar

A MCS classifica os restantes passivos financeiros nesta categoria.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.



Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

f) Resseguro

No decurso da sua actividade a MCS analisa a possibilidade de cedência de risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua actividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro.

g) Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos à Companhia, sendo mensurados inicialmente pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro sempre que apresentem montantes e prazo de maturidade significativa, são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva. Sempre que se registem indícios de que um activo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em resultados qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os activos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da Demonstração de fluxos de caixa a Companhia considerou como Caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.



i) Provisões

A MCS constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

j) Activos tangíveis e edifícios de uso próprio

Os activos tangíveis utilizados pela MCS no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

- Edifícios: 50 anos
- Equipamento informático: 4 a 6 anos
- Mobiliário e material: 6 a 10 anos
- Equipamento de transporte: 4 anos

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação.

Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua efectivação.

A MCS efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.



Na mensuração subsequente dos edifícios de uso próprio, a MCS passou a adoptar desde o exercício de 2016, o modelo de revalorização, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Na distinção entre terrenos e edifícios de rendimento e terrenos e edifícios de uso próprio, a Companhia utiliza os critérios de classificação que constam, respectivamente, nos IAS 16 e IAS 40. Assim, para tal distinção entre uso próprio e rendimento no que diz respeito à classe de terrenos e edifícios, a Companhia adopta o princípio da recuperabilidade do activo. Deste modo, e para os imóveis cuja recuperabilidade seja por via da obtenção de rendas ao invés do seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de rendimento, utilizando os critérios de mensuração do IAS 40. Por sua vez, para os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de uso próprio, aplicando nesse caso, os critérios de mensuração subsequente que constam do IAS 16.

k) Activos intangíveis

Os activos intangíveis da MCS são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A MCS procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A amortização dos activos intangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, considerando-se 3 anos de vida útil.

l) Imparidade de itens não monetários

A MCS avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a MCS estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.



A cada data de balanço, a MCS reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, a MCS estima a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputadas aos resultados na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se a MCS tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

n) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.



Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

o) Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:

Reconhecimento de ganhos e perdas

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. Esta provisão tem como objectivo imputar aos exercícios seguintes, relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, os ganhos e perdas correspondentes ao período de vigência do contrato, através da aplicação do método *pro-rata temporis*. A provisão para prémios não adquiridos é reconhecida no balanço deduzida dos custos de aquisição diferidos.



Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com o Decreto n.º 30/2011, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Companhia espera vir a suportar com a regularização de todos os sinistros que tenham ocorrido até ao final do exercício, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros.

Provisão matemática

A provisão matemática dos seguros do ramo Vida corresponde ao valor dos compromissos assumidos pela Companhia, incluindo as participações nos resultados, líquido do valor actuarial dos prémios futuros. As taxas de desconto consideradas têm como referência a taxa de risco de mercado em que a Companhia se encontra.

Provisão para sinistros incorridos mas não reportados (IBNR)

A provisão para IBNR é calculada para os ramos Vida e Não Vida pelo correspondente a 1% e 5%, respectivamente, dos custos com sinistros líquidos de resseguro.

Provisões técnicas para o resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descritos acima para o seguro directo. A quota parte do resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor do somatório dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis e ainda não processados



à data do encerramento do exercício, relativos a contratos em vigor. O método de cálculo da provisão para riscos em curso está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade visa fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha mais oscilações e deve ser constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas e para o risco de fenómenos sísmicos. O método de cálculo da provisão para desvios de sinistralidade está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objectivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. O cálculo destes ajustamentos é efectuado com base no valor dos prémios por cobrar, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISSM, de base económica.

O montante dos ajustamentos de recibos por cobrar em 31 de Dezembro de 2018 não diverge significativamente do risco envolvido na cobrança dos valores relativos a prémios a receber naquela data.

O ajustamento para dívidas de cobrança duvidosa foi calculado tendo por base o valor estimado de realização dos saldos de natureza duvidosa, incluídas na rubrica de Outros devedores.

p) Locações

A determinação se um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atendendo à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para o locatário todos os riscos e vantagens decorrentes da detenção do activo em causa, o custo do activo é registado como um activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota (j) e registada como gasto na Conta de Ganhos e Perdas dentro do período a que respeitam.



As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são suportados nos exercícios a que se referem.

q) Relato por segmentos

A Companhia reporta de acordo com a sua organização de unidades de negócio, nomeadamente, os ramos Vida, Não Vida e os Serviços de Gestão de Investimentos.

2.3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

Os julgamentos efectuados pela gestão são revistos periodicamente. Qualquer alteração às estimativas que resulte da obtenção de melhor informação é reconhecida nesse período e nos exercícios seguintes.

Estimativas e pressupostos

As principais estimativas contabilísticas e pressupostos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue:

Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro

Existem algumas fontes de incerteza que a MCS necessita de considerar na determinação da estimativa das responsabilidades totais por pagar com sinistros.

As fontes de incerteza decorrentes de contratos de seguro podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- (i) Incerteza quanto à possibilidade de ocorrência de um evento que dê origem a uma perda segurada;
- (ii) Incerteza quanto ao valor da perda reportada à Companhia em resultado de um acontecimento seguro desfavorável;
- (iii) Incerteza quanto ao valor total da responsabilidade decorrente de sinistros participados à Companhia;



- (iv) Incerteza quanto à exposição futura pela Companhia a responsabilidades assumidas e ainda não reportadas.

O grau de incerteza será diferente entre os vários ramos de negócio, de acordo com as características dos riscos seguros. O custo de cada sinistro é determinado considerando o valor actual da perda esperada pelo tomador do seguro.

A constituição de responsabilidades por contratos de seguro é um processo de incerteza inerente à actividade da MCS, como tal, o custo total de regularização de um sinistro poderá variar em relação à estimativa inicial do custo com o sinistro. A Companhia elabora estimativas e pressupostos que lhe permitam adequar as responsabilidades às possíveis perdas por contratos de seguro. As estimativas e os julgamentos realizados são sujeitos a revisões trimestrais, permitindo ajustar quaisquer factos novos identificados.

As estimativas iniciais são determinadas com base na melhor estimativa possível relativamente aos sinistros declarados e ao padrão de sinistralidade que se verifica na Companhia. A MCS procede ainda à determinação de estimativas para os sinistros ocorridos mas ainda não participados (IBNR) e a estimativas para sinistros ocorridos mas não reportados adequadamente (IBNER).

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela MCS com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o adequado enquadramento das suas operações.



Os activos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportados, são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado. O reconhecimento de impostos diferidos activos exige que se efectue adequados julgamentos de modo a poder determinar a probabilidade e o valor dos lucros futuros que permita o reconhecimento dos activos por impostos diferidos.

2.4. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Durante o exercício de 2018 e 2017 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeitos de comparabilidade desse exercício.

De igual modo, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem a reexpressão das quantias comparativas.

3. Relato por segmentos

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, nomeadamente:

- Ramo Vida ainda em fase embrionária com a recente concessão da licença por parte do órgão regulador – ISSM.
- Ramos Não Vida que compreendem a generalidade dos seguros comercializados para particulares e empresas.
- Serviços de Gestão de Investimentos que gere as aplicações decorrentes dos prémios recebidos dos segurados.

A definição destes segmentos de negócio foi efectuada tendo em conta a similaridade da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração dos mesmos e a organização de gestão em vigor na Companhia.

O desempenho por segmento é avaliado com base nos ganhos e perdas apresentados.

O balanço por segmentos de negócio foi elaborado, com excepção dos activos financeiros, das provisões técnicas e dos resultados antes de impostos (que já estavam registados por ramo de negócio), utilizando como base de alocação dos valores globais aos vários segmentos de negócio as percentagens das provisões técnicas.

**BALANÇO POR SEGMENTOS****31-Dez-18**

	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Total
ACTIVO				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	81 150	9 407 254	-	9 488 404
Empréstimos e contas a receber	271 641	31 489 902	-	31 761 543
Investimentos a deter até a maturidade	13 179	1 527 814	-	1 540 993
Edifícios	-	61 404 918	-	61 404 918
Outros activos tangíveis	-	10 496 699	-	10 496 699
Outros activos intangíveis	-	43 521 488	-	43 521 488
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	32 124 679	-	32 124 679
Outros devedores por operações de seguros e outras operaçõe	162 241	499 637 518	38 392 240	538 191 999
Activos por impostos	-	-	1 414 032	1 414 032
Acréscimos e diferimentos	-	-	548 177	548 177
Total do activo	528 211	689 610 272	40 354 449	730 492 932
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
PASSIVO				
Provisões técnicas	1 617 026	199 961 188	-	201 578 214
Empréstimos bancários	-	-	17 340 520	17 340 520
Outros credores por operações de seguros e outras operaçõe:	-	268 453 941	11 080 790	279 534 731
Passivos por impostos	-	-	27 721 522	27 721 522
Acréscimos e diferimentos	-	-	10 131 510	10 131 510
Outras provisões	-	24 375 000	-	24 375 000
Total do passivo	1 617 026	492 790 129	66 274 342	560 681 497
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	67 000 000	97 643 088	-	164 643 088
Reservas de reavaliação	-	33 154 798	-	33 154 798
Reserva por impostos diferidos	-	(10 609 535)	-	(10 609 535)
Reserva legal	-	-	19 602 938	19 602 938
Reservas estatutárias	-	-	2 213 691	2 213 691
Outras reservas	-	-	1 464 634	1 464 634
Resultados transitados	-	-	(60 397 682)	(60 397 682)
Resultados do exercício	88 032	21 930 946	(2 279 475)	19 739 503
Total do Capital Próprio	67 088 032	142 119 297	(39 395 895)	169 811 435
Total do Passivo e do Capital Próprio	68 705 058	634 909 426	26 878 447	730 492 932

**BALANÇO POR SEGMENTOS**

31-Dez-17

	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Total
ACTIVO				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4 386	17 727 324	-	17 731 710
Empréstimos e contas a receber	8 257	33 374 426	-	33 382 683
Investimentos a deter até a maturidade	1 050	4 244 969	-	4 246 020
Edifícios	-	62 594 051	-	62 594 051
Outros activos tangíveis	-	12 702 100	-	12 702 100
Outros activos intangíveis	-	20 111 996	-	20 111 996
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	66 718 328	-	66 718 328
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	162 241	469 417 564	21 624 740	491 204 545
Activos por impostos	-	-	65 780	65 780
Acréscimos e diferimentos	-	-	1 430 649	1 430 649
Total do activo	175 935	686 890 759	23 121 170	710 187 863
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
PASSIVO				
Provisões técnicas	62 212	251 454 933	-	251 517 145
Empréstimos bancários	-	-	19 009 154	19 009 154
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	282 631 458	11 513 707	294 145 165
Passivos por impostos	-	-	25 827 407	25 827 407
Acréscimos e diferimentos	-	-	13 595 852	13 595 852
Outras provisões	-	24 375 000	-	24 375 000
Total do passivo	62 212	558 461 392	69 946 120	628 469 724
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	67 000 000	33 000 000	-	100 000 000
Reservas de reavaliação	-	33 853 327	-	33 853 327
Reserva por impostos diferidos	-	(10 833 064)	-	(10 833 064)
Reserva legal	-	-	7 911 963	7 911 963
Reservas estatutárias	-	-	2 213 691	2 213 691
Outras reservas	-	-	1 464 634	1 464 634
Resultados transitados	-	-	(111 347 282)	(111 347 282)
Resultados do exercício	(834 746)	65 981 107	(6 691 489)	58 454 871
Total do Capital Próprio	66 165 254	122 001 370	(106 448 484)	81 718 140
Total do Passivo e do Capital Próprio	66 227 465	680 462 761	(36 502 363)	710 187 863


GANHOS E PERDAS POR SEGMENTOS
2018

	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Totais do Exercício
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1 210 300	288 806 697	-	290 016 997
Prémios brutos emitidos	1 035 579	414 014 558	-	415 050 137
Prémios de resseguro cedido	139 346	(168 533 514)	-	(168 394 168)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	19 314	69 027 078	-	69 046 392
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	16 061	(25 701 425)	-	(25 685 364)
Custos com sinistros líquidos de resseguro	130 537	98 695 243	-	98 825 780
Montantes pagos				
Montantes brutos	130 537	128 527 254	-	128 657 791
Parte dos resseguradores	-	(28 042 745)	-	(28 042 745)
Provisão para sinistros (variação)				
Montante bruto	-	(4 232 499)	-	(4 232 499)
Parte dos resseguradores	-	2 443 233	-	2 443 233
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	106 974	2 739 103	-	2 846 077
Gastos de exploração líquidos	860 221	154 215 372	-	155 075 593
Custos de aquisição	726 373	62 345 823	-	63 072 196
Custos de aquisição diferidos (variação)	(7 106)	5 294 443	-	5 287 337
Custos administrativos	140 954	105 823 059	-	105 964 013
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	(19 247 953)	-	(19 247 953)
Rendimentos				
Outros	-	-	2 196 416	2 196 416
Gastos com investimentos				
Outros	-	13 936	-	13 936
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	24 536	8 612 510	(63 509)	8 573 537
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	24 536	8 612 510	(63 509)	8 573 537
Outros rendimentos/gastos	-	-	(5 109 329)	(5 109 329)
Resultado antes de imposto	88 032	24 530 533	(2 849 404)	21 769 161
Impostos correntes	-	(2 599 587)	300 882	(2 298 705)
Impostos diferidos	-	-	269 047	269 047
Resultado líquido do exercício	88 032	21 930 946	(2 279 475)	19 739 503

**GANHOS E PERDAS POR SEGMENTOS**

2017

	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Totais do Exercício
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	21 386	250 934 266	-	250 955 652
Prémios brutos emitidos	1 364 398	464 169 989	-	465 534 387
Prémios de resseguro cedido	(521 949)	(224 852 002)	-	(225 373 951)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(827 186)	8 174 348	-	7 347 162
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	6 123	3 441 932	-	3 448 054
Custos com sinistros líquidos de resseguro	330 666	48 967 701	-	49 298 367
Montantes pagos				
Montantes brutos	330 666	709 759 233	-	710 089 899
Parte dos resseguradores	-	(459 280 587)	-	(459 280 587)
Provisão para sinistros (variação)				
Montante bruto	-	(343 302 234)	-	(343 302 234)
Parte dos resseguradores	-	141 791 289	-	141 791 289
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	(8 348 505)	-	(8 348 505)
Gastos de exploração líquidos	567 725	138 951 535	-	139 519 260
Custos de aquisição	532 487	65 712 422	-	66 244 909
Custos de aquisição diferidos (variação)	(130 735)	(5 433 968)	-	(5 564 704)
Custos administrativos	165 974	117 318 816	-	117 484 789
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	(38 645 735)	-	(38 645 735)
Rendimentos				
Outros	-	7 116 836	-	7 116 836
Gastos com investimentos				
Outros	-	-	1 394 740	1 394 740
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(42 259)	12 499 264	7 987 095	20 444 100
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	(42 259)	(12 082 173)	7 987 095	(4 137 337)
De outros	-	24 581 437	-	24 581 437
Outros rendimentos/gastos	-	-	2 429 886	2 429 886
Resultado antes de imposto	(834 746)	65 981 107	(6 951 949)	58 194 412
Impostos correntes	-	-	-	-
Impostos diferidos	-	-	260 459	260 459
Resultado líquido do exercício	(834 746)	65 981 107	(6 691 489)	58 454 871



4. Notas às demonstrações financeiras

4.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Caixa	134 003	95 076
Depósitos à Ordem	9 354 401	17 636 634
	<u>9 488 404</u>	<u>17 731 710</u>

4.2. Empréstimos e contas a receber – Outros depósitos

A decomposição da rubrica de outros depósitos é constituída pelos Depósitos a prazo contratados pela MCS à data do fecho do exercício.

O detalhe por moeda e instituição de crédito é a seguinte:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
<u>Meticais</u>		
Banco Comercial e de Investimentos	3 106 581	-
First National Bank	-	5 752 192
Banco Único	1 603 068	-
Capital Bank	607 757	4 003 945
Banco Terra	2 345 156	2 395 670
Banco BIG	-	3 412 290
Standard Bank	1 985 365	-
<u>Dólares Norte-Americanos</u>		
Banco Comercial e de Investimentos	-	1 763 569
Banco Terra	20 045 675	14 846 983
Standard Bank	473 315	-
<u>Rands Sul-Africanos</u>		
Banco Comercial e de Investimentos	1 594 626	1 208 034
	<u>31 761 543</u>	<u>33 382 683</u>



4.3. Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são constituídos pelos seguintes títulos:

		<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Obrigações PETROMOC 2015	(i)	1 540 993	1 548 822
Bilhetes de Tesouro		-	2 697 198
		<u>1 540 993</u>	<u>4 246 020</u>

(i) As obrigações Petromoc foram adquiridas em Agosto de 2015, por um período de 5 anos, tendo o seu vencimento a 25 de Agosto de 2020. Estas obrigações rendem juros a uma taxa indexada à FPC acrescida de uma margem de 6,5%, sendo pagos trimestralmente. O capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.

4.4. Edifícios de uso próprio

Tal como referido na nota 2.2 a MCS aplicou a isenção que permite uma entidade optar por mensurar um item do activo tangível na data de transição para o novo Plano de Contas pelo seu justo valor e usar esse justo valor como custo considerado nessa data.

A rubrica de Edifícios de uso próprio é constituída pelo imóvel sito na Avenida Kenneth Kaunda, no qual se situa a Sede da Companhia e por uma Agência pré fabricada adquirida durante o exercício de 2017 na fronteira de Ressano Garcia, em Maputo, para a comercialização exclusiva de seguro automóvel.



O valor contabilístico dos edifícios decompõem-se da seguinte forma:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Edifício Sede		
Custo	33 207 018	33 207 018
Reavaliação	34 460 682	34 460 682
	<u>67 667 700</u>	<u>67 667 700</u>
Depreciações acumuladas	(6 831 416)	(5 695 058)
Valor líquido	<u>60 836 284</u>	<u>61 972 642</u>
Agência Ressano Garcia		
Custo	633 555	633 555
	<u>633 555</u>	<u>633 555</u>
Depreciações acumuladas	(64 921)	(12 146)
Valor líquido	<u>568 634</u>	<u>621 409</u>
Total líquido	<u>61 404 918</u>	<u>62 594 051</u>

4.5. Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como segue:

	<u>31-Dez-17</u>	<u>Compras</u>	<u>Vendas / Abates</u>	<u>Transferências / Regularizações</u>	<u>31-Dez-18</u>
Custo de aquisição					
Equipamento administrativo	1 623 777	74 435	(6 000)	-	1 692 212
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	7 936 760	344 240	-	-	8 281 000
Material de transporte	16 884 597	2 000 000	(2 849 343)	-	16 035 254
Mobiliário e material	7 187 299	-	-	-	7 187 299
Património artístico	945 092	-	-	-	945 092
Outro equipamento	1 000 208	-	-	-	1 000 208
Activos em curso	534 932	-	-	-	534 932
	<u>36 609 693</u>	<u>2 418 675</u>	<u>(2 855 343)</u>	<u>-</u>	<u>36 173 025</u>



	31-Dez-17	Depreciação do exercício	Vendas / Abates	Transferências / Regularizações	31-Dez-18
<i>Depreciações acumuladas</i>					
Equipamento administrativo	1 392 395	128 903	(3 000)	-	1 518 298
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	6 298 682	766 860	-	(7 926)	7 057 616
Material de transporte	10 988 886	2 375 630	(2 198 138)	-	11 166 378
Mobiliário e material	4 129 336	581 303	-	-	4 710 639
Outro equipamento	601 266	125 101	-	-	726 367
	23 907 593	3 977 797	(2 201 138)	(7 926)	25 676 326
<i>Valor líquido</i>	12 702 100				10 496 699

O aumento verificado na rubrica do equipamento administrativo é justificado pela aquisição de um aparelho ar condicionado para a sede da Companhia, para substituição de um aparelho obsoleto, que foi objecto de abate.

O aumento verificado na rubrica de equipamento informático refere-se essencialmente à aquisição de computadores no âmbito das novas contratações de colaboradores e substituição do equipamento obsoleto.

O aumento verificado no material de transporte é justificado pela aquisição de 1 viatura ligeira para reforçar o parque automóvel da Companhia. Durante o exercício, procedemos ainda, ao abate de 2 viaturas.

A 31 de Dezembro de 2017, o movimento nos activos tangíveis era o seguinte:

	31-Dez-16	Compras	Vendas / Abates	Transferências	31-Dez-17
<i>Custo de aquisição</i>					
Equipamento administrativo	1 623 777	-	-	-	1 623 777
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	7 532 499	404 261	-	-	7 936 760
Material de transporte	17 162 134	472 463	(750 000)	-	16 884 597
Mobiliário e material	6 195 498	991 801	-	-	7 187 299
Património artístico	945 092	-	-	-	945 092
Outro equipamento	1 000 208	-	-	-	1 000 208
Activos em curso	534 932	633 555	-	(633 555)	534 932
	35 491 168	2 502 080	(750 000)	(633 555)	36 609 693



	31-Dez-16	Depreciação do exercício	Vendas / Abates	Transferências	31-Dez-17
<i>Depreciações acumuladas</i>					
Equipamento administrativo	1 240 238	152 157	-	-	1 392 395
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	5 492 274	806 604	-	(196)	6 298 682
Material de transporte	8 164 290	3 385 558	(560 962)	-	10 988 886
Mobiliário e material	3 521 781	607 555	-	-	4 129 336
Outro equipamento	476 165	125 101	-	-	601 266
	19 391 776	5 076 975	(560 962)	(196)	23 907 593
<i>Valor líquido</i>	16 099 392				12 702 100

4.6. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nos activos intangíveis é analisado como segue:

	31-Dez-17	Aumentos	Transferências	Regularizações	31-Dez-18
<i>Custo de aquisição</i>					
Despesas em edifícios arrendados	21 056 587	-	-	-	21 056 587
Activos em curso	-	24 184 133	-	-	24 184 133
	21 056 587	24 184 133	-	-	45 240 720
	31-Dez-17	Amortizações do exercício	Transferências	Regularizações	31-Dez-18
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Despesas em edifícios arrendados	944 591	774 641	-	-	1 719 232
	944 591	774 641	-	-	1 719 232
<i>Valor líquido</i>	20 111 996				43 521 488

O aumento verificado na rubrica de activos em curso é justificado pelas despesas incorridas durante o exercício com a implementação de um novo sistema informático denominado Projecto MCS^{XXI} no âmbito da optimização dos serviços da Companhia. O Projecto MCS^{XXI}, cujo prazo de execução está previsto para o primeiro semestre de 2019, permitirá a integração total das necessidades tecnológicas da MCS, quer ao nível do negócio, isto é, distribuição, selecção e gestão do risco, *Workflow* e Gestão Documental, bem como na gestão de temas organizacionais integrando as necessidades contabilísticas de *reporting* e de Recursos Humanos da MCS.



A 31 de Dezembro de 2017, o movimento nos activos intangíveis era o seguinte:

	31-Dez-16	Aumentos	Diminuições	Regularizações	31-Dez-17
<i>Custo de aquisição</i>					
Despesas em edifícios arrendados	878 800	-	20 177 787	-	21 056 587
Activos em curso	10 811 571	9 366 216	(20 177 787)	-	-
	11 690 371	9 366 216	-	-	21 056 587

	31-Dez-16	Amortizações do exercício	Diminuições	Regularizações	31-Dez-17
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Despesas em edifícios arrendados	878 800	65 791	-	-	944 591
	878 800	65 791	-	-	944 591

<i>Valor líquido</i>	<u><u>10 811 571</u></u>				<u><u>20 111 996</u></u>
----------------------	--------------------------	--	--	--	--------------------------

4.7. Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido apresentam-se como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Provisão para prémios não adquiridos	7 219 936	32 905 301
Provisão para sinistros	24 904 743	33 813 027
	32 124 679	66 718 328

A 31 de Dezembro de 2018, o valor da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido e o valor da provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte decomposição por ramos:



	2018	
	PPNA	Provisão para sinistros
Vida	35 978	-
Acidentes de Trabalho	304 002	1 651 416
Acidentes Pessoais e Doença	380 515	273 881
Incêndio e Elementos da Natureza	1 484 184	1 239 435
Automóvel	3 513 884	27 934
Transportes	364 033	(82 173)
Responsabilidade Civil Geral	864 285	248 377
Diversos	273 055	21 545 873
	7 219 936	24 904 743

A 31 de Dezembro de 2017, o valor da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido e o valor da provisão para sinistros de resseguro cedido apresentava a seguinte decomposição:

	2017	
	PPNA	Provisão para sinistros
Acidentes de Trabalho	126 403	4 637 478
Acidentes Pessoais e Doença	8 415 818	13 274
Incêndio e Elementos da Natureza	20 063 081	18 382 442
Automóvel	707 194	3 613 464
Transportes	617 464	(153 659)
Responsabilidade Civil Geral	2 755 676	216 764
Diversos	219 665	7 103 264
	32 905 301	33 813 027



4.8. Outros devedores por operações de seguro directo e outras operações

Os valores a receber por operações de seguro directo são analisados como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Tomadores e Mediadores de seguro	524 046 984	490 566 752
Parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro	47 493 708	42 116 942
Valores a receber por outras operações	46 315 827	29 611 835
	<u>617 856 519</u>	<u>562 295 529</u>
Imparidade em valores a receber	<u>(79 664 520)</u>	<u>(71 090 984)</u>
	<u>538 191 999</u>	<u>491 204 545</u>

A rubrica Tomadores e Mediadores de seguro inclui um montante de 233 182 124 meticais relativo à responsabilidade da MSC - Mediterranean Shipping Company na expectativa do acordo extra judicial entre a Companhia MCS e aquela entidade para o exercício de direito de regresso no processo de sinistro envolvendo o nosso segurado Emodraga.

A evolução do ajustamento de recibos de prémio por cobrar e outros valores a receber apresenta-se como segue:

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Prémios por cobrar	Outros valores a receber	Prémios por cobrar	Outros valores a receber
A 1 de Janeiro	63 103 889	7 987 095	75 228 321	6 107 518
Reforço	11 567 090	50 472	-	7 987 095
Redução	(2 930 046)	(113 980)	(12 124 432)	(6 107 518)
A 31 de Dezembro	<u>71 740 933</u>	<u>7 923 587</u>	<u>63 103 889</u>	<u>7 987 095</u>
	<u>79 664 520</u>		<u>71 090 984</u>	



4.9. Provisões técnicas de seguro directo

A rubrica de provisões técnicas de seguro directo é analisada como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Provisão para prémios não adquiridos	66 009 992	129 769 036
Provisão para sinistros	117 228 358	106 254 322
Provisão para desvios de sinistralidade	16 066 577	14 094 990
Provisão para riscos em curso	2 273 287	1 398 797
	201 578 214	251 517 145

A 31 de Dezembro de 2018, a decomposição por ramos das provisões técnicas é a seguinte:

	PPNA	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para riscos em curso
Vida	1 584 563	32 463	106 974	-
Acidentes de Trabalho	12 385 954	40 646 042	-	-
Acidentes Pessoais e Doença	(14 207 926)	2 987 546	-	-
Incêndio e Elementos da Natureza	16 801 371	7 384 116	6 547 246	-
Automóvel	46 071 378	42 918 761	-	-
Transportes	617 077	833 755	-	263 420
Responsabilidade Civil Geral	1 395 736	2 429 746	-	-
Diversos	1 361 839	19 995 929	9 412 357	2 009 867
	66 009 992	117 228 358	16 066 577	2 273 287

Verificou-se uma redução da PPNA em 2018, face a 2017, resultante da anulação de um montante elevado de prémios considerados irre recuperáveis.

A 31 de Dezembro de 2017, a decomposição por ramos das provisões técnicas era a seguinte:

	PPNA	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para riscos em curso
Vida	-	62 212	-	-
Acidentes de Trabalho	14 863 024	35 266 922	-	-
Acidentes Pessoais e Doença	9 341 671	31 197	-	978 475
Incêndio e Elementos da Natureza	31 526 751	22 114 447	8 300 243	-
Automóvel	66 044 674	37 393 497	-	-
Transportes	895 628	166 833	-	404 578
Responsabilidade Civil Geral	4 430 860	689 997	-	15 744
Diversos	2 666 428	10 529 217	5 794 747	-
	129 769 036	106 254 322	14 094 990	1 398 797



4.10. Empréstimos bancários

A rubrica de empréstimos bancários apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Descoberto bancário	17 340 520	19 009 154
	<u>17 340 520</u>	<u>19 009 154</u>

O saldo desta rubrica corresponde a um financiamento na modalidade de Descoberto Bancário até ao limite de 23 000 000 meticais contratado junto ao Banco Terra de Moçambique para apoio à tesouraria. Este financiamento rende juros a uma taxa BT Prime (MT) do Banco, acrescida de um *spread* de 1%, por ano. Como garantia do bom e pontual pagamento foram penhorados 2 depósitos a prazo que totalizam o montante de USD 325 000 e um depósito a prazo no valor de 2 311 200 Meticais.

4.11. Outros credores por operações de seguro directo e outras operações

A rubrica de outros credores apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Valores a pagar por operações de seguro directo	58 269 572	50 462 580
Valores a pagar por operações de resseguro		
Resseguradoras	210 184 369	232 168 878
Valores a pagar por outras operações	11 080 790	11 513 707
	<u>279 534 731</u>	<u>294 145 165</u>

A rubrica de Resseguradores inclui o montante de 155 462 522 meticais a favor dos resseguradores resultante da expectativa do direito de regresso junto da MSC - Mediterranean Shipping Company (Nota 4.8). Importa referir que este montante corresponde a 66,67% da quota do risco assumido pelos resseguradores no seguro da Emodraga.



4.12. Capital social

O Capital Social da Moçambique, Companhia de Seguros encontra-se subscrito consoante a seguinte estrutura societária:

Accionista	31-Dez-17			Aumento		31-Dez-18		
	Número de acções	Valor Nominal	% participação	Número de acções	Valor Nominal	Número de acções	Valor Nominal	% participação
GCP – Soc. de Gestão e Controlo de Part. Sociais	269 503	26 950 290	26,95%	181 914	18 191 445	451 417	45 141 735	27,42%
Montepio Geral – Associação Mutualista	199 633	19 963 300	19,96%	160 463	16 046 311	360 096	36 009 611	21,87%
Lusitania – Companhia de Seguros, SA	179 669	17 966 900	17,97%	138 418	13 841 762	318 087	31 808 662	19,32%
Sociedade Nacional de Invest. Financeiros, SA	100 000	10 000 000	10,00%	67 500	6 750 000	167 500	16 750 000	10,17%
Caixa Económica Montepio Geral	99 816	9 981 600	9,98%	67 376	6 737 580	167 192	16 719 180	10,15%
INSS – Instituto Nac. De Segurança Social	39 927	3 992 700	3,99%	30 760	3 075 990	70 687	7 068 690	4,29%
Grupo Visabeira, SGPS	49 909	4 990 910	4,99%	-	-	49 909	4 990 910	3,03%
W&W – Consultoria e Investimentos, Lda	19 963	1 996 300	2,00%	-	-	19 963	1 996 300	1,21%
Parups, S.A	14 850	1 485 000	1,48%	-	-	14 850	1 485 000	0,90%
Eng. Luís Marques dos Santos	11 880	1 188 000	1,19%	-	-	11 880	1 188 000	0,72%
Raminiklal Jamonadás	8 910	891 000	0,89%	-	-	8 910	891 000	0,54%
Dr. Hiteshkumar Raminiklal	5 940	594 000	0,59%	-	-	5 940	594 000	0,36%
	1 000 000	100 000 000	100,00%	646 431	64 643 088	1 646 431	164 643 088	100,00%

O aumento verificado nesta rubrica resulta de uma decisão da Assembleia-Geral realizada a 18 de Abril de 2018, na qual foi deliberado o aumento de capital social no montante de 67 500 000 meticais. Até 31 de Dezembro de 2018, tinha sido subscrito 64 643 088 meticais, correspondente a 646 431 Acções e realizado 46 451 642 meticais.

4.13. Reservas

Reservas de reavaliação

São registados nesta rubrica os valores resultantes de reajustamentos de imóveis ao seu justo valor.

Reserva legal

De acordo com o Decreto-Lei n.º 1/2010, de 31 de Dezembro, as companhias de seguros devem obrigatoriamente constituir uma reserva legal a partir dos lucros líquidos apurados em cada exercício económico nos seguintes termos:

- 20% até que o valor acumulado da reserva represente metade do capital social mínimo aplicável à Companhia, definido no art.º n.º 4 do Decreto 39/2018, de 5 de Julho; e
- 10% a partir do momento em que tenha sido atingido o montante referido na alínea anterior, até à concorrência do capital social.



De acordo com o novo dispositivo legal aprovado pelo ISSM em 2018, o capital social mínimo aplicável à MCS é de 295 milhões de meticaís. Este capital deverá ser integralmente subscrito e realizado até ao ano de 2021.

As reservas legais, representam actualmente 6,65% daquele valor.

Reserva estatutária

São constituídas anualmente, de acordo com os estatutos da Companhia, em 5% do lucro líquido anual.

Outras reservas

Nesta rubrica estão registadas as Reservas Livres, as quais resultam de resultados positivos, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos accionistas.

4.14. Prémios, líquidos de resseguro

Os prémios, líquidos de resseguro, decompõem-se por ramo como segue:

	2018			2017		
	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro
Vida	1 035 579	139 346	1 174 925	1 364 398	(521 949)	842 449
Acidentes de Trabalho	46 077 421	(1 727 903)	44 349 518	45 143 126	(1 692 867)	43 450 259
Acidentes Pessoais e Doença	50 528 707	(39 098 649)	11 430 058	130 269 284	(118 533 845)	11 735 439
Incêndio e Elementos da Natureza	127 944 107	(107 106 128)	20 837 979	101 912 730	(81 851 369)	20 061 361
Automóvel	169 485 619	(6 355 809)	163 129 810	157 338 599	(5 902 117)	151 436 482
Transportes	4 575 737	(2 691 253)	1 884 484	5 273 003	(3 770 067)	1 502 936
Responsabilidade Civil	11 734 004	(10 063 580)	1 670 424	13 382 952	(10 859 570)	2 523 382
Diversos	3 668 963	(1 490 192)	2 178 771	10 850 295	(2 242 167)	8 608 128
	415 050 137	(168 394 168)	246 655 969	465 534 387	(225 373 951)	240 160 436



4.15. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros, antes da imputação dos gastos gerais, apresentam a seguinte decomposição por ramo:

	2018			2017		
	De seguro directo	De resseguro cedido	Líquido	De seguro directo	De resseguro cedido	Líquido
Vida	46 280	-	46 280	-	-	-
Acidentes de Trabalho	28 895 336	(7 407 787)	21 487 549	21 286 992	(842 054)	20 444 938
Acidentes Pessoais e Doença	3 005 344	(6 027 106)	(3 021 762)	(137 384)	(989 462)	(1 126 847)
Incêndio e Elementos da Natureza	(5 047 501)	10 763 893	5 716 392	378 725 530	(379 354 188)	(628 657)
Automóvel	71 494 121	(7 580 492)	63 913 629	92 896 271	(7 070 540)	85 825 730
Transportes	1 052 002	(769 462)	282 540	1 166 996	(962 539)	204 457
Responsabilidade Civil	2 177 114	(135 950)	2 041 164	5 230 518	(3 732 765)	1 497 753
Diversos	21 604 414	(14 442 608)	7 161 806	(133 926 241)	75 462 249	(58 463 992)
	123 227 110	(25 599 512)	97 627 598	365 242 681	(317 489 298)	47 753 383

4.16. Gastos de exploração, líquidos de resseguro

Antes da imputação dos custos, os gastos com comissões e as comissões de resseguro apresentam a seguinte decomposição por ramo:

	2018		2017	
	Comissões a mediadores	Comissões de resseguradores	Comissões a mediadores	Comissões de resseguradores
Vida	125 085	-	181 188	-
Acidentes de Trabalho	5 466 552	595 780	4 873 165	(4 605 924)
Acidentes Pessoais e Doença	4 474 414	(4 323 502)	12 425 063	(8 577 223)
Incêndio e Elementos da Natureza	11 357 325	(12 889 419)	11 561 985	(22 247 743)
Automóvel	17 869 399	1 062 556	8 882 252	(767 103)
Transportes	814 897	(1 177 089)	662 134	(953 672)
Responsabilidade Civil	834 742	(1 881 466)	1 030 231	(1 120 123)
Diversos	430 089	(634 813)	1 099 421	(373 947)
	41 372 503	(19 247 953)	40 715 439	(38 645 735)



Os gastos administrativos são analisados como segue:

	2018	2017
Gastos com o pessoal		
Remunerações dos Órgãos Sociais	12 604 990	7 563 578
Remunerações do Pessoal	47 814 887	59 660 356
Encargos sobre remunerações	2 353 515	2 398 007
Cursos de Formação	281 077	635 281
Comparticipação nas despesas hospitalares	60 192	51 591
Indemnização por cessação de contrato de trabalho	3 968 992	18 610
Outros	103 920	603 153
Fornecimento e serviços de terceiros		
Água e Electricidade	1 174 505	761 537
Trabalhos Especializados	10 603 173	14 692 075
Publicidade e Propaganda	1 925 975	4 277 358
Artigos para Oferta	1 417 590	869 214
Rendas e Alugueres	8 155 303	10 414 828
Conservação e Reparação	6 403 645	4 573 351
Comunicação	2 549 538	3 668 129
Deslocações e Estadas	4 646 122	4 259 566
Seguros	6 182 119	4 456 556
Vigilância e Segurança	3 161 827	3 428 955
Combustíveis	1 812 068	1 943 570
Material de Escritório	3 222 522	6 977 683
Despesas de alimentação	677 509	1 500 135
Outros fornecimentos e serviços de terceiros	2 566 545	2 425 696
Impostos e taxas	1 022 182	1 645 922
Depreciações e amortizações do exercício	5 941 571	6 291 270
Comissões	2 054	1 381 411
	<u>128 651 821</u>	<u>144 497 832</u>

A imputação dos gastos gerais por funções foi feita da seguinte forma:

	2018	2017
Sinistros	1 145 528	1 308 435
Aquisição	21 528 345	24 309 867
Administrativa	105 964 013	117 484 789
Investimentos	13 935	1 394 741
	<u>128 651 821</u>	<u>144 497 832</u>



4.17. Outros rendimentos e gastos não técnicos

Os outros rendimentos e gastos não técnicos analisam-se como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Outros rendimentos não técnicos</u>		
Diferenças de câmbio favoráveis	5 890 558	10 637 365
Outros rendimentos não técnicos	1 992 408	14 269 833
	<u>7 882 966</u>	<u>24 907 198</u>
<u>Outros gastos não técnicos</u>		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	5 241 724	15 269 867
Juros suportados	4 493 685	3 871 470
Quotas	500 776	360 414
Outros gastos não técnicos	2 756 110	2 975 561
	<u>12 992 295</u>	<u>22 477 312</u>
	<u>(5 109 329)</u>	<u>2 429 886</u>

A rubrica de juros suportados corresponde aos custos do financiamento contratado junto do Banco Terra na modalidade de Descoberto Bancário (Nota 4.10).

4.18. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento decompõem-se da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto corrente	(2 298 705)	-
Imposto diferido	269 047	260 459
	<u>(2 029 658)</u>	<u>260 459</u>

O imposto corrente é determinado com base nas taxas de impostos em vigor para cada exercício fiscal.



A reconciliação entre o imposto corrente e o imposto diferido da MCS com referência aos anos de 2018 e 2017, assim como o movimento dos impostos diferidos encontram-se traduzidos nos quadros seguintes:

	2018		2017	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		21 769 161		58 194 412
Imposto a pagar à taxa normal	32,00%	6 966 132	32,00%	18 622 212
Correcções fiscais - A acrescentar				
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	1,63%	354 194	0,57%	332 126
Despesas ilícitas, prémios de seguros e contribuições	0,00%	-	0,00%	-
Mais valias fiscais	0,00%	-	0,00%	-
Donativos	0,00%	-	0,00%	-
Multas	0,06%	12 100	0,05%	27 230
50% de ajudas de custo	0,16%	35 592	0,03%	20 109
Menos valias contabilísticas	0,53%	116 412	0,17%	97 940
80% das despesas de representação	0,97%	211 429	0,15%	89 165
Variações patrimoniais negativas não reflectidas no resultado	0,00%	-	-36,18%	(21 053 903)
Aluguer de viaturas sem condutor	0,00%	-	0,00%	-
50% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros	2,69%	584 541	1,21%	702 492
Ofertas	0,00%	-	0,48%	278 148
Publicidade	0,00%	-	0,78%	453 801
Correcções relativas a exercícios anteriores	0,00%	-	0,99%	578 740
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	0,00%	-	1,94%	1 130 993
Realização de utilidade social não enquadráveis	0,09%	19 258	2,15%	1 248 801
Reposição de diferenças de câmbio não tributadas	0,00%	-	0,00%	-
Ajustamentos de diferenças	0,00%	-	0,42%	247 005
Ajustamentos de provisões referentes a exercícios anteriores	0,00%	-	36,18%	21 053 903
Correcções fiscais - A deduzir				
Menos valias fiscais	0,22%	48 000	0,17%	97 940
Prejuízos fiscais deduzidos	26,95%	5 866 857	52,11%	30 322 464
Reposição de diferenças de câmbio tributadas	0,00%	-	0,00%	-
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	0,00%	-	0,00%	-
Impostos diferidos	0,40%	86 095	0,14%	83 347
(Prejuízo)/Lucro tributável	10,56%	2 298 705	-11,47%	(6 674 988)
Imposto apurado		2 298 705		(6 674 988)
Pagamentos por conta de IRPC		130 000		30 000
Retenção na fonte de IRPC		40 790		35 780
		170 790		65 780
Imposto corrente a pagar/(receber)		2 127 915		(65 780)



Com referência a 31 de Dezembro de 2018, a Companhia apresenta lucros fiscais no montante de 7 183 453, após a dedução dos prejuízos reportáveis no montante de 18 333 928 Meticaís.

O movimento no imposto diferido activo e passivo foi como segue:

31-Dez-17	Fundos próprios		Ganhos e perdas		31-Dez-18
	Aumento	Redução	Perdas	Ganhos	
Activos por impostos diferidos					
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliação do edifício de uso próprio	10 741 640	-	(269 047)	-	10 472 594
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	48 498	-	-	-	48 498
	10 790 138	-	(269 047)	-	10 521 092
<i>Impacto nos Ganhos e Perdas</i>			(269 047)		

A 31 de Dezembro de 2017, o movimento nos activos e passivos por impostos diferidos foi como segue:

31-Dez-16	Fundos próprios		Ganhos e perdas		31-Dez-17
	Aumento	Redução	Perdas	Ganhos	
Activos por impostos diferidos					
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliação do edifício de uso próprio	10 962 188	-	-	(220 548)	10 741 640
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	88 409	-	-	(39 911)	48 498
	11 050 597	-	-	(260 459)	10 790 138
<i>Impacto nos Ganhos e Perdas</i>			(260 459)		

Os impostos correntes decompõem-se da seguinte forma:

	31-Dez-18	31-Dez-17
<i>Activos por impostos correntes</i>		
Pagamentos por conta e retenções efectuadas por terceiros	130 000	30 000
Imposto sobre rendimentos de capitais retidos na fonte (IRPC)	262 118	35 780
Outros	1 021 914	-
	1 414 032	65 780



	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
<i><u>Passivos por impostos correntes</u></i>		
Imposto sobre o lucro do exercício (IRPC)	2 298 705	-
Imposto do selo	12 753 832	9 583 353
Retenção na fonte (IRPS)	1 060 074	3 116 301
Segurança social (INSS)	464 209	50 600
Sobretaxa	-	2 287 015
Outros	623 610	-
	<u>17 200 430</u>	<u>15 037 269</u>

4.19. Acréscimos e diferimentos

A rubrica de acréscimos e diferimentos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
<u>Acréscimos e diferimentos</u>		
Seguros	291 863	1 272 830
Outros custos diferidos	256 314	157 819
	<u>548 177</u>	<u>1 430 649</u>
<u>Acréscimos e diferimentos</u>		
Prémios antecipados	1 492 630	5 424 212
Férias e subsídio de férias	7 200 716	7 190 414
Outros acréscimos de custos	1 438 164	981 226
	<u>10 131 510</u>	<u>13 595 852</u>
	<u>(9 583 333)</u>	<u>(12 165 203)</u>

4.20. Outras provisões

Esta rubrica, cujo saldo a 31 de Dezembro de 2018 ascende a 24 375 000 meticais, corresponde a uma provisão constituída, a título cautelar, decorrente de um processo que se encontra em contencioso.



4.21. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos depósitos a prazo é baseado em fluxos de caixa descontados usando taxas de juro do mercado activo para títulos de crédito semelhantes e com mesma maturidade. Para os títulos cotados, o justo valor é determinado com base em cotações do mercado activo. Para os títulos cujas cotações não estão disponíveis no mercado activo, é usado o modelo de fluxo de caixa descontado apropriado para o período remanescente até ao vencimento.

A tabela abaixo compara o justo valor dos instrumentos financeiros com a respectiva quantia escriturada:

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Custo	Justo valor	Custo	Justo valor
Activos financeiros				
Empréstimos e contas a receber	31 761 543	30 396 730	32 277 370	29 829 373
Investimentos a deter até à maturidade	1 500 000	1 154 307	4 500 000	3 294 797
Devedores por operações de seguros e outras	538 191 999	532 349 445	491 204 545	490 205 254
	571 453 542	563 900 482	527 981 915	523 329 424
Passivos financeiros				
Empréstimos bancários	17 340 520	14 610 991	19 009 154	15 099 239
Credores por operações de seguros e outras	279 534 731	235 533 853	294 145 165	233 641 154
	296 875 251	250 144 844	313 154 319	248 740 393

A Companhia enquadrou o justo valor dos seus activos e passivos financeiros de acordo com os seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado com base na cotação em mercado activo,
- Nível 2 – Justo valor determinado com base em variáveis não incluídos no nível 1, mas que sejam observáveis em mercado activo, directa ou indirectamente,
- Nível 3 – Justo valor dos activos e passivos determinado com base em variáveis que não são baseados em informação observável no mercado.

A tabela seguinte, resume para cada classe de activo, o nível de determinação do justo valor considerado para os instrumentos financeiros:



	31-Dez-18			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros				
Empréstimos e contas a receber	-	30 396 730	-	30 396 730
Investimentos a deter até à maturidade	-	1 154 307	-	1 154 307
Devedores por operações de seguros e outras	-	-	532 349 445	532 349 445
Total de activos financeiros	-	31 551 037	532 349 445	563 900 482

Passivos financeiros				
Empréstimos bancários	-	14 610 991	-	14 610 991
Credores por operações de seguros e outras	-	-	235 533 853	235 533 853
Total de passivos financeiros	-	14 610 991	235 533 853	250 144 844

	31-Dez-17			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros				
Empréstimos e contas a receber	-	29 829 373	-	29 829 373
Investimentos a deter até à maturidade	-	3 294 797	-	3 294 797
Devedores por operações de seguros e outras	-	-	490 205 254	490 205 254
Total de activos financeiros	-	33 124 170	490 205 254	523 329 424

Passivos financeiros				
Empréstimos bancários	-	15 099 239	-	15 099 239
Credores por operações de seguros e outras	-	-	233 641 154	233 641 154
Total de passivos financeiros	-	15 099 239	233 641 154	248 740 393

4.22. Partes relacionadas

A cedência do risco de seguro pela MCS é feita, na sua maioria, através da Lusitania.

As transacções e saldos entre as duas entidades sumarizam-se como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Prémios de resseguro cedido	33 143 910	61 810 927
Comissões de resseguro cedido	7 802 540	15 911 162
Parte do ressegurador nos custos com sinistros	29 704 461	3 689 185
Participação nos resultado	2 187 493	10 113 313
Conta corrente	(6 550 584)	32 097 267



Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave da gestão ascenderam em 2017 a 12 604 990 meticais. Em 2017 os valores foram de 7 563 578 meticais.

4.23. Compromissos e contingências

Relativos às locações financeiras

Não existem contingências e/ou compromissos a reportar a 31 de Dezembro de 2018 para além dos que já foram descritos nas Notas anteriores.

4.24. Natureza das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro, activos de resseguro e restantes instrumentos financeiros

Risco Específico de Seguros

O Risco Específico de Seguros é o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de actividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- Risco de Desenho dos Produtos: risco de a empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato;
- Risco de Prémios: relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarificação);
- Risco de Subscrição: risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a selecção e aprovação dos riscos a segurar;
- Risco de Provisionamento: é o risco de as provisões para sinistros constituídas se venham a revelar insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos;
- Risco de Sinistralidade: é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas;



- Risco de Retenção: é o risco de uma maior retenção de riscos (menor protecção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada;
- Risco Catastrófico: resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

O Risco Específico de Seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pela Companhia de Seguros, são transferidos para uma resseguradora (ou um conjunto de resseguradoras).

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão directa ou indirectamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como riscos catastróficos.

O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos Actuarias que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela protecção dos respectivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que a MCS tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos.

Com o intuito de verificar o ajustamento das estimativas de sinistros não declarados em 2018 aos valores efectivamente verificados, deverá ser consultado o Anexo 2.



Quando comparados os principais rácios de sinistralidade líquida de resseguro, da Companhia, temos:

Ramo	31-Dez-18	31-Dez-17
Vida	10,79%	61,55%
Acidentes de Trabalho	40,98%	50,76%
Acidentes Pessoais e Doença	-7,33%	-9,39%
Incêndio e Elementos da Natureza	25,26%	-3,88%
Automóvel	34,48%	51,19%
Transportes	14,85%	9,82%
Responsabilidade Civil Geral	100,34%	88,95%
Diversos	195,81%	-595,67%
Rácio global	34,08%	19,64%

Risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional

A MCS está exposta a uma variedade de riscos através dos seus activos financeiros, activos de resseguro e passivos financeiros, podendo mesmo considerar-se, num sentido lato, que todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por se poderem traduzir em perdas económicas e numa deterioração nos níveis de solvência. Paralelamente a esta consideração resulta o facto de o risco financeiro a que a Companhia está exposta corresponder à potencial incapacidade de cumprir com as suas responsabilidades em consequência de os rendimentos gerados pelos activos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguro.



O quadro que se segue compara as responsabilidades assumidas com os activos por tipologia a 31 de Dezembro de 2018:

<u>Provisões técnicas, líquidas de resseguro</u>	<u>Vida</u>	<u>Acidentes de Trabalho</u>	<u>Outros ramos</u>	<u>Total</u>
Seguro directo	1 830 974	53 031 996	146 715 244	201 578 214
Resseguro cedido	(32 463)	(1 955 418)	(30 136 798)	(32 124 679)
Valor líquido	<u>1 798 511</u>	<u>51 076 578</u>	<u>116 578 446</u>	<u>169 453 535</u>

<u>Activos a representar provisões técnicas, líquidas de resseguro</u>	<u>Vida</u>	<u>Acidentes de Trabalho</u>	<u>Outros ramos</u>	<u>Total</u>
Obrigações	1 500 000	-	-	1 500 000
Bilhetes de tesouro	-	-	-	-
Edifícios	-	-	60 771 363	60 771 363
Activos tangíveis, líquidos de depreciações e perdas por imparidade	-	10 496 701	-	10 496 701
Depósitos a prazo	-	9 305 132	-	9 305 132
Prémios à cobrança directos (antiguidade inferior a 60 dias)	294 998	17 728 085	11 266 897	29 289 980
Caixa e disponibilidades	-	9 488 404	-	9 488 404
Total	<u>1 794 998</u>	<u>47 018 322</u>	<u>72 038 260</u>	<u>120 851 580</u>

Rácio de Cobertura	99,80%	92,05%	61,79%	71,32%
--------------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Existe um conjunto de riscos directamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos activos e passivos financeiros, não directamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros a que a Companhia está exposta são:

- Risco de mercado: deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros relacionados com variações dos mercados cambiais, dos mercados de acções, das taxas de juro, do valor do imobiliário e do nível de concentração. O risco de mercado inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos.

Na MCS a gestão do risco de mercado respeita as regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente e pauta-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

As principais componentes dos riscos financeiros são os riscos de taxa de juro, taxa de câmbio e os riscos de crédito.

**Risco de taxa de juro**

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de que fluxos monetários futuros de um instrumento financeiro irão flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. Por outro lado, o risco do justo valor da taxa de juro é o risco de que um valor de um determinado instrumento financeiro irá flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição da MCS face ao risco da taxa de juro prende-se essencialmente com os empréstimos de taxa de juro variável negociados pela Companhia.

A política da MCS passa pela dispersão dos seus activos e passivos financeiros a várias moedas, a fim de não concentrar todo o risco de taxa de juro a uma só moeda.

Os instrumentos financeiros da MCS cuja exposição ao risco de taxa de juro é significativa são os depósitos a prazo, os bilhetes de tesouro e as obrigações corporativas. Para estes, as tabelas abaixo resumizam a exposição da Companhia ao risco de taxa de juro, a 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 e o impacto nos resultados da Companhia de oscilações nas taxas de juro:

	31-Dez-18			
	Total	MZN	USD	ZAR
Activos				
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	31 761 543	9 647 927	20 518 990	1 594 626
Investimentos a deter até a maturidade	1 540 993	1 540 993	-	-
Total	33 302 536	11 188 920	20 518 990	1 594 626
Passivos				
Empréstimos bancários	17 340 520	17 340 520	-	-
Total	17 340 520	17 340 520	-	-
Posição Líquida	15 962 016	(6 151 600)	20 518 990	1 594 626
	Aumento /Diminuição em pontos base	Impacto no resultado antes de imposto		
2018				
Maibor	+200	442 272		
Maibor	-200	(442 272)		
Libor	+25	55 284		
Libor	-25	(55 284)		



	31-Dez-17			
	Total	MZN	USD	ZAR
Activos				
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	33 382 683	15 716 513	16 458 400	1 207 770
Investimentos a deter até a maturidade	4 246 020	4 246 020	-	-
Empréstimos e contas a receber - Outros empréstimos	-	-	-	-
Valores a receber por operações de seguro e outras operações	-	-	-	-
Total	37 628 703	19 962 533	16 458 400	1 207 770
Passivos				
Empréstimos bancários	19 009 154	19 009 154	-	-
Total	19 009 154	19 009 154	-	-
Posição Líquida	18 619 549	953 379	16 458 400	1 207 770

	Aumento /Diminuição em pontos base	Impacto no resultado antes de imposto
2017		
Maibor	+200	353 323
Maibor	-200	(353 323)
Libor	+25	44 165
Libor	-25	(44 165)

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco do justo valor ou dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venham a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras da MCS podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais, nomeadamente para as divisas MZN/USD, MZN/ZAR e MZN/EUR. A MCS procura atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

As tabelas abaixo sumarizam a exposição da Companhia ao risco de taxa de câmbio, a 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 e o impacto nos resultados da Companhia de oscilações nas taxas de câmbio:

	31-Dez-18				
	Total	MZN	USD	ZAR	EUR
Activos					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	9 488 406	6 740 369	2 193 088	554 949	-
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	31 761 543	9 647 927	20 518 990	1 594 626	-
Valores a receber por operações de seguro e outras operações	538 191 999	447 769 237	89 936 423	486 339	-
Total	579 441 948	464 157 533	112 648 501	2 635 914	-
Passivos					
Empréstimos bancários	17 340 520	17 340 520	-	-	-
Valores a pagar por operações de seguro e outras operações	279 534 731	234 981 158	44 550 405	3 168	-
Total	296 875 251	252 321 678	44 550 405	3 168	-
Posição Líquida	282 566 697	211 835 855	68 098 096	2 632 746	-



	<u>Aumento /Diminuição</u>	<u>Efeito em resultados</u>			
2018					
Dólares americanos	+20	13 619 619			
Dólares americanos	-20	(13 619 619)			
Randes sul africanos	+20	526 549			
Randes sul africanos	-20	(526 549)			
Euros	+20	-			
Euros	-20	-			
31-Dez-17					
	Total	MZN	USD	ZAR	EUR
Activos					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	17 731 710	11 524 063	6 101 395	106 252	-
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	33 382 683	15 716 513	16 458 400	1 207 770	-
Valores a receber por operações de seguro e outras operações	491 204 545	407 798 964	77 067 360	5 186 516	1 151 705
Total	542 318 938	435 039 540	99 627 155	6 500 538	1 151 705
Passivos					
Empréstimos bancários	19 009 154	19 009 154	-	-	-
Valores a pagar por operações de seguro e outras operações	294 145 165	213 489 070	76 047 934	4 149 648	458 513
Total	313 154 319	232 498 224	76 047 934	4 149 648	458 513
Posição Líquida	229 164 619	202 541 316	23 579 221	2 350 890	693 192
	<u>Aumento /Diminuição</u>	<u>Efeito em resultados</u>			
2017					
Dólares americanos	+20	4 715 844			
Dólares americanos	-20	(4 715 844)			
Randes sul africanos	+20	470 178			
Randes sul africanos	-20	(470 178)			
Euros	+20	138 638			
Euros	-20	(138 638)			

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da MCS incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes não cumprirem com as suas obrigações. As principais áreas em que a Companhia se encontra exposta ao risco de crédito são:

- parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro;
- valores a receber de tomadores de seguro por contratos de seguro;
- risco das contrapartes relativamente aos instrumentos de dívida e aos saldos em bancos.

O risco cedido pela Companhia é, na sua grande maioria, colocado na Lusitania Companhia de Seguros, accionista da MCS, empresa integrada no grupo Montepio.



O risco de crédito associado a instrumentos de dívida detidos pela Companhia é reduzido e está de acordo com as regras de diversificação determinadas pelo ISSM, detendo a MCS apenas títulos de dívida pública e obrigações corporativas.

O risco de crédito associado aos empréstimos e contas a receber, excluindo os Prémios à cobrança onde a empresa apresenta níveis de ajustamentos historicamente prudentes, é reduzido uma vez que apresentam maturidades reduzidas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da MCS não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos, tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e a sua liquidez.

A natureza da actividade seguradora tem implícita a impossibilidade de prever com certeza os fundos necessários para cobrir as responsabilidades. Desta forma, a Companhia avalia o valor e a maturidade das suas responsabilidades através do recurso a métodos estatísticos e com base na experiência anterior.

O objectivo da MCS é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e a sua flexibilidade através da utilização de descobertos bancários.

A tabela abaixo sumariza a maturidade dos instrumentos financeiros da Companhia a 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017:

	31-Dez-18				
	0-1 Ano	1-3 Anos	+3 Anos	Sem Maturidade	Total
<u>Activos Financeiros</u>					
Caixa e equivalentes em caixa	9 488 404	-	-	-	9 488 404
Depósitos a prazo	31 761 543	-	-	-	31 761 543
Investimentos a deter até maturidade	-	1 540 993	-	-	1 540 993
Valores a receber por operações de seguro directo	452 306 051	-	-	-	452 306 051
Valores a receber por operações de resseguro	47 493 708	-	-	-	47 493 708
Valores a receber por outras operações	38 392 240	-	-	-	38 392 240
Total	579 441 946	1 540 993	-	-	580 982 939
<u>Passivos Financeiros</u>					
Valores a pagar por operações de seguro directo	58 269 572	-	-	-	58 269 572
Valores a pagar por operações de resseguro	210 184 369	-	-	-	210 184 369
Valores a pagar por outras operações	11 080 790	-	-	-	11 080 790
Total	279 534 731	-	-	-	279 534 731



	31-Dez-17				Total
	0-1 Ano	1-3 Anos	+3 Anos	Sem Maturidade	
Activos Financeiros					
Caixa e equivalentes em caixa	17 731 710	-	-	-	17 731 710
Depósitos a prazo	33 382 683	-	-	-	33 382 683
Investimentos a deter até maturidade	2 697 198	-	1 548 822	-	4 246 020
Valores a receber por operações de seguro directo	427 462 863	-	-	-	427 462 863
Valores a receber por operações de resseguro	42 116 942	-	-	-	42 116 942
Valores a receber por outras operações	21 624 740	-	-	-	21 624 740
Total	545 016 136	-	1 548 822	-	546 564 958
Passivos Financeiros					
Valores a pagar por operações de seguro directo	50 462 580	-	-	-	50 462 580
Valores a pagar por operações de resseguro	232 168 878	-	-	-	232 168 878
Valores a pagar por outras operações	11 513 707	-	-	-	11 513 707
Total	294 145 165	-	-	-	294 145 165

4.25. Acontecimentos após a data de balanço

Nos meados de Março de 2019, a província de Sofala foi abalada por um ciclone denominado *IDA* que destruiu diversas infraestruturas e património para além de ceifar vidas humanas. O peso da produção desta região representa 5,94% da carteira global da Moçambique Companhia de Seguros e os riscos de maior dimensão estão acautelados por via dos Tratados de resseguro da Companhia.

Apesar de não estar reflectido nas presentes demonstrações financeiras, a administração acredita que poderá haver perdas financeiras relacionadas com sinistros em 2019. Não é ainda possível determinar o montante das perdas dado que a região ainda não está estabilizada.

**Anexos****INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS**

Ano: 2018
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 4000 81 263

Anexo 1

Valores em Meticals

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
						UNITÁRIO	TOTAL
1 - Nacionais							
1.1 - Títulos Cotados							
1.1.1 - Títulos de rendimento fixo							
1.1.1.3 - De outros emissores							
Obrigações PETROMOC 2015	15 000	100		100	1 500 000	103	1 540 993
Sub-total	15 000	100		100	1 500 000		1 540 993
3 - TOTAL GERAL	15 000				1 500 000		1 540 993

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTRO RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Ano: 2018
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 4000 81 263

Anexo 2

Valores em Meticals

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31 /12/2017 (1)	Custos com sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31 /12/2018 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Ramo Vida	62 212	-	-	-
Ramos Não Vida				
Acidentes de Trabalho	35 266 922	9 821 829	37 163 016	11 717 922
Acidentes Pessoais e Doença	31 197	-	-	(31 197)
Incêndio e Elementos da Natureza	22 114 447	542 528	3 512 747	(18 059 172)
Automóvel	37 393 497	10 857 403	15 520 091	(11 016 003)
Marítimo	-	-	-	-
Ferroviário	-	-	-	-
Aéreo	-	-	-	-
Transportes	166 833	-	99 408	(67 425)
Responsabilidade Civil Geral	689 997	(45 844)	1 224 536	488 695
Diversos	10 529 217	30 691 433	19 077 918	39 240 134
Total Não Vida	106 192 110	51 867 348	76 597 716	22 272 954
Total geral	106 254 322	51 867 348	76 597 716	22 272 954

* - De sinistros ocorridos no ano 2017 e anteriores

**DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS**

Ano: 2018
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 4000 81 263

Anexo 3
Valores em Meticais

Ramos / Grupos de ramos	Montantes pagos (1)	Variação da provisão para sinistros (2)	Custos com sinistros (3)=(1)+(2)
Seguro directo			
Vida	130 537	-	130 537
Acidentes de Trabalho	23 888 124	2 859 233	26 747 357
Acidentes Pessoais e Doença	1 479 129	2 956 349	4 435 478
Incêndio e Elementos da Natureza	7 360 288	(11 567 395)	(4 207 108)
Automóvel	62 042 663	9 458 655	71 501 319
Marítimo	-	-	-
Ferroviário	-	-	-
Aéreo	-	-	-
Transportes	996 311	55 691	1 052 001
Responsabilidade Civil Geral	1 195 010	1 966 283	3 161 293
Diversos	31 565 729	(9 961 315)	21 604 414
Total	128 657 791	(4 232 499)	124 425 291
Resseguro aceite	(28 042 750)	2 443 233	(25 599 517)
Total Geral	100 615 040	(1 789 266)	98 825 774

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Ano: 2018
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 4000 81 263
Ident. do resp. pela informação:

Anexo 4
Valores em Meticais

Ramos/Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro cedido
Seguro directo					
Vida	1 035 579	1 054 893	130 537	867 327	(139 346)
Acidentes de Trabalho	46 077 421	48 717 578	26 747 355	18 276 429	(5 084 104)
Acidentes Pessoais e Doença	50 528 707	74 568 555	4 435 478	27 204 541	28 748 041
Incêndio e Elementos da Natureza	127 944 107	143 874 081	(4 207 106)	29 354 704	104 980 602
Automóvel	169 485 619	190 969 339	71 501 320	84 030 229	(162 127)
Marítimo	-	-	-	-	-
Ferroviário	-	-	-	-	-
Aéreo	-	-	-	-	-
Transportes	4 575 737	4 847 729	1 052 001	4 492 547	744 702
Responsabilidade Civil Geral	11 734 004	14 970 115	3 161 293	1 210 990	8 046 164
Diversos	3 668 963	5 094 239	21 604 414	3 599 442	(13 587 229)
Total	415 050 137	484 096 529	124 425 292	169 036 209	123 546 703
Resseguro Aceite					
Total geral	415 050 137	484 096 529	124 425 292	169 036 209	123 546 703

Anexo 4



Parecer do Conselho Fiscal



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e Contas da Moçambique, Companhia de Seguros, S.A., referentes ao exercício de 2017.

No decurso deste exercício o Conselho Fiscal acompanhou, na oportunidade, os negócios da Sociedade e congratula-se com os esforços desenvolvidos.

Apreciamos o Relatório dos Auditores Independentes.

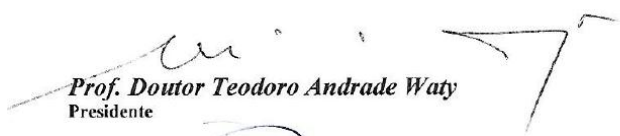
O Conselho Fiscal, apesar da reserva nele constante, entende que o Relatório espelha a situação económico-financeira da Companhia, em 31 de Dezembro de 2017.


Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório, o Balanço, a Conta de Ganhos e Perdas e demais documentação apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação do resultado do exercício;
- c) Seja endereçado um voto de louvor ao Conselho de Administração pela criteriosa e empenhada gestão e aos colaboradores, pela dedicação e zelo com que têm servido a Companhia.

Maputo, 18 de Abril de 2018.

O Conselho Fiscal,


Prof. Doutor Teodoro Andrade Waty
Presidente


Dr. Pedro André de Silva Sousa
Vogal





Relatório do auditor independente



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Relatório do auditor independente

Aos Accionistas da Moçambique Companhia de Seguros, S.A.

A nossa opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Moçambique Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade) em 31 de Dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no ano então findo em conformidade com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Moçambique para o sector segurador.

O que auditámos

As demonstrações financeiras da Moçambique Companhia de Seguros, S.A., apresentadas nas páginas 30 a 88, que compreendem:

- A conta de ganhos e perdas para o ano findo em 31 de Dezembro de 2018;
- o balanço em 31 de Dezembro de 2018;
- a demonstração de variações do capital próprio para o ano então findo;
- a demonstração do rendimento integral para o ano então findo;
- a demonstração de fluxos de caixa para o ano então findo; e
- as notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das políticas contabilísticas significativas.

Base para a opinião

Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas neste relatório na secção *Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Independência

Somos independentes da Entidade de acordo com os requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique e com o Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA). Cumprimos com as restantes responsabilidades éticas de harmonia com os outros requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias em Moçambique e com o Código de Ética do IESBA.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota 2.1 das demonstrações financeiras, a qual refere que, de acordo com o artigo 26º do Decreto-Lei 1/2010, de 31 de Dezembro, em conjunto com o artigo 46º do Decreto 20/2011, de 11 de Agosto, as provisões técnicas deverão ser representadas por activos móveis ou imóveis equivalentes. Em 31 de Dezembro de 2018, os activos detidos pela Entidade afectos para

PricewaterhouseCoopers, Lda. - Av. Vladimir Lenine, 174, 4.º andar, Edifício Millennium Park,
Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique
T: (+258) 21 350400, (+258) 21 307615/20, F: (+258) 21 307621/320299, E: maputo@mz.pwc.com
www.pwc.com

PricewaterhouseCoopers Lda.
Número de matrícula: 11875 · NUIT: 400005516 · Capital Social: 58.000,00 MZN.



representação das provisões técnicas revelam-se insuficientes em aproximadamente 120.5 milhões de meticais. Como tal, e de acordo com o artigo 70º do Decreto 30/2011, o Conselho de Administração deverá apresentar um plano adequado a fim de suprir as referidas insuficiências de activos dentro do período estabelecido pela entidade reguladora. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório do Conselho de Administração e não inclui as demonstrações financeiras nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.

A nossa responsabilidade em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras consiste na leitura da outra informação acima identificada e, ao fazê-lo, considerar até que ponto a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, ou com o entendimento que obtivemos na auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho que efectuámos, concluirmos que existe uma distorção material na outra informação é-nos exigido que reportemos tal facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Moçambique para o sector segurador e pelo controlo interno que o Conselho de Administração determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Quando prepara as demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade da Entidade prosseguir em continuidade, divulgando, conforme aplicável, os assuntos relativos à continuidade, e por usar o pressuposto da continuidade a não ser que o Conselho de Administração tencione liquidar a Entidade, ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de fiabilidade mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida em conformidade com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou agregadas, for razoavelmente expectável que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais, mantemos ceticismo profissional e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses




riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material proveniente de fraude é maior do que aquele que provém de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso do pressuposto da continuidade pelo Conselho de Administração e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Entidade continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que a Entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas reproduzem as transacções e eventos subjacentes de modo a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o plano do âmbito e calendário da auditoria, as constatações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.

PricewaterhouseCoopers, Lda.
Sociedade de Auditores Certificados 11/SAC/OCAM/2014, representada por:


João Veiga
Auditor Certificado 70/CA/OCAM/2014
Maputo, 2 de Abril de 2019